

AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL N° 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontinuos@dirbi.ufu.br.

**Universidade Federal de Uberlândia
INSTITUTO DE HISTÓRIA**

LUCIANE DE ARAÚJO SANTOS

Tramas do poder: A Igreja e a Municipalidade em disputa na gestão do cemitério da cidade. Araguari, 1900-1930.

**UBERLÂNDIA
2015**

LUCIANE DE ARAÚJO SANTOS

Tramas do poder: A Igreja e a Municipalidade em disputa na gestão do cemitério da cidade. Araguari, 1900-1930.

Monografia apresentada a Universidade Federal de Uberlândia – Instituto de História – como requisito para obtenção do título de Graduação em História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Mara Regina Nascimento

**Uberlândia
2015**

LUCIANE DE ARAÚJO SANTOS

Monografia apresentada no dia ____/____/____ e aprovada pela Banca Examinadora,
composta pelos professores:

Banca Examinadora

Prof.^a Dr.^a Mara Regina Nascimento

Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

(orientadora)

Prof. Dr. Florisvaldo Ribeiro Júnior

(examinador)

Prof.^a Me. Adriana Monteiro

(examinadora)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho às minhas mães Alda de Paula Araújo e Sílvia Lúcia de Araújo pela criação e dedicação da vida inteira, à minha irmã Emanuely Araújo Ferreira e ao meu irmão Rafael de Paula Soares. Sem vocês eu não conseguiria essa conquista.

Ao meu irmão Adson Teles do Santos, in memoriam, que assim como eu almejou cursar História, mas por circunstâncias da vida não pôde realizar esse sonho.

À minha orientadora Mara Regina do Nascimento pela orientação, incentivo e amizade. À todos os professores do curso, que foram tão importantes na minha vida acadêmica e no desenvolvimento desta monografia.

Aos meus colegas e amigos de curso, em especial a Ester Castelar Britto e Natália Felix de Melo pelo companheirismo e amizade nesses anos.

Ao Nélio dos Santos, que contribuiu para minha formação, me incentivando e apoiando nos momentos de dificuldade.

Aos meus companheiros de trabalho da Câmara Municipal de Araguari.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
CAPÍTULO I - DOMÍNIOS DA IGREJA CATÓLICA SOBRE OS TERRENOS CEMITERIAIS EM ARAGUARI: ENTRAVES POLÍTICOS DE UMA QUESTÃO IDEOLÓGICA.....	10
O medo à espreita: Sufrágios, Purgatório e a “boa morte”	17
CAPÍTULO II - A QUESTÃO URBANA E A MORTE. A (RE)CONFIGURAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO DIANTE DOS COSTUMES FÚNEBRES	22
O progresso científico-tecnológico para a percepção do corpo vivo e do corpo morto....	32
Cemitério Bom Jesus e o empreendimento secular em Araguari	33
A convicção em Deus e a liminaridade entre razão moderna e a metafísica da fé.....	36
CONCLUSÕES.....	4339
BIBLIOGRAFIA	43

INTRODUÇÃO

A presente monografia que tem como tema “Tramas do poder: a Igreja e a Municipalidade em disputa na gestão do cemitério da cidade. Araguari, 1900-1930”, pretende analisar a relação existente entre a transferência territorial do cemitério da cidade de Araguari, Minas Gerais, e os entraves políticos locais, partindo de uma observação sobre como a Igreja católica se apropriou do culto dos mortos e empreendeu uma política, que podemos chamar de “ideológica”¹, para posse dos rituais fúnebres. Além disso, investigaremos quais foram os caminhos percorridos para a secularização², à contribuição do desenvolvimento das ciências médicas para uma nova percepção do corpo e para o afastamento da ideia de morte dos indivíduos na contemporaneidade e os embates políticos e ideológicos que propiciaram esse distanciamento e reconfiguração do espaço público. O recorte temporal é do final do século XIX e início do XX, mais especificamente de 1900 a 1930.

O interesse pelo tema surgiu a partir da descoberta do grupo de iniciação científica “Vida Urbana e Morte Cristã. Cemitérios, serviços póstumos e projetos civilizatórios: Triângulo Mineiro (1810-1980)” na Universidade Federal de Uberlândia. Este grupo inicialmente se dedicava ao estudo dos fenômenos relacionados à morte e ao morrer na cidade de Uberlândia, mas como resido em Araguari me propus a investigar esta problemática nessa cidade. A partir disso, iniciei minhas buscas de fontes e descobri que o cemitério de Araguari, no início do século XX, era localizado atrás da Igreja Matriz e que houve inúmeras discussões sobre a propriedade dos terrenos urbanos que estavam na “posse” da Igreja, inclusive sobre o próprio espaço cemiterial. Essa configuração urbana retratava um período da História do Brasil em que a mudança do sistema político, com a proclamação da República, deslegitimava, em certa medida, a Igreja Católica de suas funções “institucionais” e as transferia para o Estado, mas sem deixar de exercê-las por completo. Um período de transição, portanto.

¹ Vários autores se dedicaram a trabalhar o conceito de ideologia, para Marilena Chauí (1980, p. 5 e 11), a ideologia tem como um de seus fundamentos “tomar as ideias como independentes da realidade histórica e social, de modo a fazer com que tais ideias expliquem aquela realidade, quando na verdade é essa realidade que torna compreensíveis as ideias elaboradas”. Para Karl Marx a ideologia poderá ser vista como um conjunto de ideias que tem como objetivo mascarar o conhecimento do real, a realidade é invertida e as ideias passam a ser aquilo que consideramos real

² Claudia Rodrigues (2005, p.345-346) explica a secularização como a perda da hegemonia da Igreja sobre a estruturação do espaço sociocultural e da sociedade, dando lugar a uma pluralidade religiosa que retiraria da Igreja sua autoridade, tanto no nível institucional como no da consciência humana. Além disso, o processo de secularização significou uma emancipação cultural das diretrizes religiosas sobre as diversas áreas da vida humana. É importante ressaltar que esses fatores não significam o desaparecimento da religiosidade, mas sim uma transformação de seu papel e de seus espaços na sociedade. O uso do conceito de secularização será melhor exposto no final do capítulo II.

Por trabalhar como servidora pública na Câmara Municipal de Araguari, tive livre acesso às atas legislativas, a partir disso busquei junto à secretaria da Igreja Matriz Bom Jesus da Cana Verde o livro de Tombo e atas referentes aos batizados e óbitos.

Por outro lado, enfrentei resistência, por parte do Arquivo Público Municipal Dr. Calil Porto, que na demora em autorizar a pesquisa nos jornais do período de 1900 a 1930, me impossibilitou de trabalhar nestas fontes, sob a justificativa de os periódicos não se encontravam em condições de manuseio. Além disso, as buscas nas secretarias de Governo e de Obras, no intuito de encontrar documentos sobre a planta da cidade ou sobre o planejamento da construção urbana, não foram possíveis de realizar, porque tais documentos históricos não se encontram mais nessas secretarias.

Enquanto isso, os questionamentos quanto às cidades, à memória, à dinâmica social e aos interesses da Câmara e da Igreja sobre os enterramentos começaram a surgir na documentação e nos debates do grupo. Refletiremos nessa monografia sobre as cidades a partir da noção moderna de progresso, do desenvolvimento e conflitos políticos para a legitimação das ciências médicas, no espaço urbano e suas reconfigurações para uma salubridade e política de higienização, do distanciamento do imaginário da morte das urbes e a secularização do morrer.

Trabalharemos com os documentos da Câmara Municipal de Araguari e da Igreja Matriz Bom Jesus da Cana Verde (antigo nome de Araguari), buscando, através da bibliografia, traçar a relação do objeto com a metodologia e os contextos históricos referentes ao imaginário da morte e do morrer. No primeiro capítulo, faremos uma breve alusão à Idade Média e aos séculos XVIII e XIX, com a intenção de analisarmos a influência da Igreja Católica nas práticas de enterramento e da forma de lidar com a morte e o morrer. Buscaremos explicar sobre os mecanismos de controle da Igreja Católica sobre os ritos fúnebres no Brasil dos séculos XVIII e XIX e como isso repercutiu na contemporaneidade. Para tal, utilizaremos como bibliografia principal, mas não única, os trabalhos de Cláudia Rodrigues, “A arte de bem morrer no Rio de Janeiro setecentista” e “Nas fronteiras do Além: a secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX) ”.

Para adentrar ao tema central de nossa pesquisa abordaremos, com base na pesquisa João José Reis, que se deteve em problematizar o controle dos terrenos sepulcrais pela Igreja na cidade de Salvador no século XIX, os motivos que levaram os fiéis católicos a não aceitarem ser enterrados nos cemitérios distantes do núcleo urbano.

Em seguida, faremos uma abordagem sobre a história da cidade de Araguari, para então nos debruçarmos nas disputas políticas e de transferências territoriais. Conflitos que se

iniciam com o fim do antigo sistema do Padroado régio trazendo preocupações para a Igreja, aos legisladores e à população; preocupação revelada numa trama que tem como pressuposto a posse territorial, mas que alcança outros patamares quando analisada em conjunto com outros fatores que envolvem a questão. Essas transformações na política e no imaginário dos diversos grupos sociais araguarinos deixam perceber que o cemitério da cidade passa a fazer parte de várias discussões sobre a quem pertencia ou quem era o responsável por sua organização e manutenção.

Pretendemos investigar as modificações no espaço urbano no século XIX, pensando as transformações dessa reconfiguração a partir do desenvolvimento das ciências médicas e da ideia de progresso, levando em consideração as disputas políticas e de que cunho religioso/ideológico que distanciaram os mortos e a imagem da morte dos vivos e dos centros urbanos. Além disso, buscaremos elencar as modificações no que tange aos cemitérios e às práticas fúnebres no Brasil, para tentar comparar com os acontecimentos políticos e sociais que ocorreram em Araguari, no período de 1900 a 1930. Para isso, trataremos dos conceitos de cidades elaborados por Georg Simmel em “A metrópole e a vida mental”, Max Weber, em “Conceito e categorias da cidade” e Maria Stella Bresciani em “Permanência e Ruptura no Estudo das cidades”.

Para essa análise, a leitura de Stella Bresciani, sobre a “Permanência e Ruptura no estudo das cidades” será de fundamental importância para a compreensão da composição e organização das cidades contemporâneas, tendo em vista que a autora demonstra por meio de reflexão conceitual como a vida política, as instituições públicas e os modos de produção capitalista definiram o espaço público e o lugar de sociabilidade no século XIX. Bresciani trabalha com cinco conceitos sobre as cidades, sendo eles: a cidade moderna e a questão técnica; a era mecânica e a questão social; a formação das identidades sociais; a formação da sensibilidade burguesa e o lugar e o sujeito da História.

Corroborando com Bresciani, a pesquisa de Jean Luiz Neves de Abreu (2011), “Nos domínios do Corpo; o saber médico luso-brasileiro no século XVIII”, que trata sobre os saberes e práticas médicas na América portuguesa, sob a ótica da transição do antigo conhecimento médico para a racionalidade iluminista, contribuirá na perspectiva de análise aqui pretendida sobre a higienização das cidades modernas, que se contrapunha às antigas práticas de inumação cristã. Percebemos a “laicização do discurso sobre a morte” (p. 136) em um combate ao que era considerado supersticioso.

Diante desses autores procuraremos entender de que forma o saber médico se consolidou em direcionar as formas de viver e de morrer. A doutrina dos miasmas abordada

por Neves, Reis e Claudia Rodrigues exemplificam os embates políticos e ideológicos que permearam e culminaram no afastamento dos mortos e da morte dos centros urbanos.

A partir de uma nova mentalidade higienista, os ritos fúnebres passaram a ser considerados bárbaros, carregados de superstição e retrógrados, que só teriam sentido no universo da fantasia, em oposição contrária ao que as ciências médicas trariam para a modernidade, que seria o progresso. Conseqüentemente houve um aumento das Escolas de Medicina nas capitais e da circulação de revistas e manuais de medicina por todo o Brasil.

Traremos também a legislação cemiterial de Salvador e da capital do Rio de Janeiro para fazermos um paralelo sobre as disputas cemiteriais nessas duas grandes cidades e o que acontece no interior de Minas Gerais, para isso utilizaremos os autores acima referidos.

Questionamos sobre o modo de tratamento dos idosos, dos moribundos e dos mortos em face da leitura de José Carlos Rodrigues, em “Tabu da Morte”, e de Norbert Elias, em “Envelhecer e morrer”. O afastamento dos idosos do ciclo comunal, para esses autores, demonstra os anseios dos mais jovens em se distanciarem da imagem da morte que estes podem carregar. José Carlos Rodrigues aborda também nossa incapacidade resultante do conforto analgésico do desenvolvimento médico em lidar com a dor, com a finitude e com o sofrimento, sejam nossos ou dos outros.

Tratando da preocupação com a organização urbana que esteve presente nos debates do Legislativo, e que pode ser vista em nos requerimentos utilizados, levantaremos os questionamentos sobre o que se passava em Araguari e também em âmbito nacional. Tentaremos responder aos nossos questionamentos sobre quais seriam os poderes que Igreja católica possuía em relação à posse territorial dos terrenos sepulcrais e, conseqüentemente, sobre os processos do morrer; acerca da influência dos postulados médicos que justificavam o afastamento da presença da morte e dos cemitérios e de que forma a secularização distancia-nos da religião e dos mortos e de suas representações.

Esperamos que nossa investigação, em estágio ainda inicial em termos acadêmicos, possa trazer contribuições, mesmo que modestas, para o conhecimento historiográfico, no que tange às abordagens da História Social da Morte, e que auxiliem, de alguma forma, novos pesquisadores a se interessarem sobre a história da cidade de Araguari – um campo de pesquisa ainda em aberto e muito promissor.

CAPÍTULO I - DOMÍNIOS DA IGREJA CATÓLICA SOBRE OS TERRENOS CEMITERIAIS EM ARAGUARI: ENTRAVES POLÍTICOS DE UMA QUESTÃO IDEOLÓGICA

Araguari é uma cidade situada na região do Triângulo Mineiro e está localizada a oeste do Estado de Minas Gerais. Nos primórdios da divisão territorial brasileira o Triângulo Mineiro pertencia à Capitania de São Paulo, mas após o ano de 1720 se tornou independente e teve o seu território novamente fixado ao Estado de Goiás entre os anos de 1748 a 1816, quando enfim foi acoplada ao Estado de Minas Gerais (PEIXOTO & VIEIRA, 2013).

A região era rota para os desbravadores no início das expedições ao interior do Brasil, que vinham de São Paulo em busca de ouro e minérios. A região era conhecida como “Sertão da Farinha Podre” devido ao fato de que os bandeirantes, quando passavam por aqui deixavam estocados mantimentos para minimizar o peso no traslado, mas quando retornavam encontravam-nos em estado de decomposição.

De acordo com o livro “Araguari e sua história” de Juscélia Abadia Peixoto e Aparecida da Glória Campos Vieira, conta-se que tradicionalmente a região foi demarcada como sesmaria por Antônio Resende Costa, Major do Córrego Fundo, que era comissário da região no atual Triângulo Mineiro e entregou formalmente a sesmaria à Igreja do distrito de Brejo Alegre. O povoamento aconteceu de forma gradativa sendo que vários municípios surgiram com a posse de terras doadas por sesmarias.

O primeiro nome oficial para Araguari foi Brejo Alegre, até então um distrito subordinado à comarca de Uberaba, também foi encontrada a denominação de Ventania, mas esta, ao que parece, não era oficial. Em 1843, um decreto provincial estabelecia que os moradores de Brejo Alegre construíssem um imóvel destinado para capela. A paróquia recebeu o nome de Senhor Bom Jesus da Cana Verde, em 1864, o que elevava o povoado ao status de “Freguesia” e garantia uma existência regulamentar do local que a partir de então poderia emitir registros civis de nascimento, matrimônio e óbito. A capela fez com que a vida urbana fluísse de forma a expandir o povoado.

Os ritos sacramentais e as festas religiosas oportunizaram o convívio dos “fregueses” e a expansão do povoado. Aos domingos, além dos deveres religiosos, desenvolvia-se no largo da Paróquia a prática de comércio, possibilitando a venda e troca de gêneros de subsistência cultivados em propriedades rurais (PEIXOTO & VIEIRA, 2013, p. 32).

Em março de 1884, a instalação da Câmara Municipal da Vila de Brejo Alegre concretizou a emancipação política. O Estado Imperial mantinha amplos poderes sobre as cidades e sobre a Igreja, entretanto, com a proclamação da República, em 1891, a separação

entre Igreja e Estado instaurou uma animosidade entre essas duas esferas de poder. Em Araguari, a Igreja iniciou um processo para comprovar sua posse territorial sobre vasta área localizada no centro da cidade, que compreendia a Igreja, seus arredores e o cemitério, fato que só ocorreu devido à Igreja não ter o documento que comprovava sua legítima posse. A Câmara também empreenderá uma forte batalha judicial para conseguir a posse territorial.

Para além da disputa pelo domínio de porções do solo urbano, há em Araguari uma configuração urbana nesse período que nos instigou a pensar sobre o porquê desse embate acirrado entre as duas instâncias. Atrás da Igreja Matriz era situado o cemitério da cidade em terreno declarado da Igreja Católica. Muito semelhante à configuração de outras cidades do Brasil, essa proximidade entre os cadáveres e o espaço religioso, o templo religioso, foi uma prática instaurada pela Igreja para que os fiéis sentissem a necessidade de comungar dos ideais religiosos como garantia de salvação.

Neste capítulo, trataremos desta disputa territorial e ideológica entre a Igreja e o Estado em Araguari. No entanto, para compreender tal fenômeno é importante focar elementos dos imaginários e das práticas do morrer na Idade Média, ou também as que remontam aos séculos XVIII e XIX, para buscar explicar como é de longa duração a dinâmica da Igreja Católica de se apropriar do culto doméstico dos mortos e empreender uma política ideológica de salvação da alma, através das atitudes dos fiéis, fatos esses que proporcionaram essa configuração urbana de proximidade dos mortos dos espaços considerados sagrados, numa abrangência temporal plurissecular. Propomos também uma análise sobre os mecanismos de controle da Igreja sobre o morrer.

Em contrapartida, no segundo capítulo, trataremos sobre o distanciamento dos mortos dos centros urbanos e também dos templos religiosos, que em Araguari aconteceu concomitantemente à disputa territorial em trâmite e como consequência de uma política urbanizadora que pretendia a reformulação do espaço citadino. Além disso, analisaremos o desenvolvimento das ciências médicas para essa reconfiguração urbana em Araguari.

Segundo Claudia Rodrigues (2008), no artigo: “A arte de bem morrer no Rio de Janeiro setecentista”, na Idade Média, a Igreja se apoderou da gerência doméstica e familiar do culto dos mortos, passando ao clero ou à comunidade católica essa tarefa, e imprimiu nos indivíduos um terror sobre a morte, através de um investimento eclesiástico que a autora chamou de “pedagogia do morrer” ou “pedagogia do medo” (p. 261), efetivada pela elaboração da liturgia fúnebre, pela qual o clero se tornou um interlocutor privilegiado entre os vivos e mortos. Além do mais, intensificou o caráter sagrado às práticas funerárias.

Em tese acadêmica que muito nos serviu de apoio teórico e metodológico, “Nas fronteiras do Além: a secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)”, a mesma autora (2005) estrutura seu trabalho em seis capítulos, nos dois primeiros Rodrigues propõem-se a identificar os mecanismos de controle da Igreja sobre as atitudes e representações diante da morte, do morrer e dos desdobramentos disso no Ocidente católico, tomando como foco de pesquisa a cidade do Rio de Janeiro. Nos capítulos subsequentes Rodrigues analisa como se processou o questionamento desse controle da Igreja, na segunda metade do século XIX.

Ao tratar sobre essa reivindicação religiosa das práticas fúnebres, Rodrigues nos explica como a Igreja empreendeu um trabalho de clericalização, a partir dos séculos IV e V, quando os cultos domésticos e familiares eram as práticas mais usuais. Um dos mecanismos utilizados pela Igreja Católica para assegurar seus fiéis foi transformar os sentimentos que envolviam a morte em um sentido espiritual e não mais familiar, sob o argumento de que se devia cuidar não somente do corpo, mas também da alma e da salvação destas. Outra estratégia utilizada pela instituição foi trazer para o interior das Basílicas os corpos dos mártires.

Ainda que houvesse o questionamento de alguns eclesiásticos ao sepultamento no interior dos templos, sob o argumento da mistura entre o culto divino e o culto dos mortos, o fato é que a Igreja passava a assumir o controle sobre os locais de sepultura com a instituição dos sepultamentos *ad sanctos*. Doravante, a sepultura eclesiástica seria considerada como uma das condições básicas para a obtenção da salvação da alma e como um pilar do dogma da ressurreição, segundo o qual era necessária a inumação (RODRIGUES, 2005. p 43).

A liturgia dos mortos também foi um poderoso instrumento de coerção utilizado pela Igreja para o controle, não somente das práticas fúnebres, mas igualmente para divulgação e assimilação de seus dogmas entre o “rebanho de fiéis”. O clero passou a ser interlocutor privilegiado entre vivos e mortos devido às missas e oração para os mortos. A Igreja pretendia eliminar as práticas domésticas de velório e cuidado com os mortos que passaram a serem consideradas “supersticiosas” e pagãs – práticas vistas como ocasião para refeições, risos e danças hereges. Daí a importância de se estabelecer as igrejas como os templos mais adequados para os velórios e enterros, já que neles o olhar vigilante do clero poderia impedir qualquer tipo de prática pagã. Ademais a instituição eclesiástica as tornou profanas, fazendo com que fossem consideradas inaceitáveis, pois seria uma afronta ao ambiente sagrado e clerical das igrejas (RODRIGUES, 2005. p 45).

João José Reis (1991), em “A morte é uma festa”, dedica um capítulo para analisar os sepultamentos nas igrejas no Brasil do século XVIII. Com o título “O Espaço sagrado do

morto: O lugar da sepultura”, Reis explica que o temor maior do bom cristão era o de não ter sepultura certa, e aqueles que morriam e não tinham sepultura eram os mortos mais temidos. Ser enterrado na igreja que frequentavam ao longo da vida fazia com que ainda tivessem um elo com o mundo dos vivos e, ao mesmo tempo, com a Corte Celeste.

Ser enterrado na igreja era também uma forma de não romper totalmente com o mundo dos vivos, inclusive para que estes, em suas orações, não esquecessem os que haviam partido. Os mortos instalavam-se nos mesmos templos que tinham frequentado ao longo da vida. Eles residiam no centro de decisões da comunidade, decisões que testemunhavam e que talvez propiciassem. Pois as igrejas brasileiras serviam de salas de aula, de recinto eleitoral, de auditório para tribunais de júri e discussões políticas. Ali se celebravam os momentos maiores do ciclo da vida-batismo. Casamento e morte. Ali, no interior daquelas altivas construções coloniais, os mortos estavam integrados à dinâmica da vida (REIS, 1991. p. 172).

Reis explica que os fiéis tinham o direito de escolher em qual capela ou igreja queriam ser sepultados e que caso o fiel não tivesse escolhido em vida o sepultamento aconteceria em sua matriz paroquial, ou na sepultura de seus avós e parentes. Mas nem todos tinham direito a sepulturas nas igrejas, como os judeus, blasfemos, suicidas, excomungados, infiéis, crianças e adultos pagãos, exemplos de pessoas que não podiam ser enterrados em solo sagrado.

A história que Reis traz à luz tem como tema central a destruição do cemitério Campo Santo, na cidade de Salvador, no ano de 1836, pela população local. Para compreender esse episódio, o autor realizou pesquisa sobre as sensibilidades, as mentalidades, os rituais e atitudes diante da morte e do morrer. Um dos motivos que explicaria essa resistência dos fiéis em serem enterrados nos cemitérios era a visão de que o enterramento nas Igrejas destinava a alma para o céu, pois predominava o medo do enterramento fora das Igrejas ou em cemitérios, como o Campo da Pólvora, que era destinado aos escravos, suicidas ou marginalizados. O desejo de sepultamento eclesiástico, como os citados acima, fez com que vários fiéis se associassem às irmandades religiosas³ para terem um local decente de sepultamento, inclusive muitos escravos. Mas algumas dessas irmandades construíram seus próprios cemitérios para abrigar seus associados, como o da Irmandade dos Quinze Mistérios.

Mais organizado era o cemitério a céu aberto, tipo *graveyard*, da Irmandade dos Quinze Mistérios. Construído em 1825 para o enterro dos irmãos, situava-se atrás da igreja, em terreno murado (RODRIGUES, 1997, p. 197).

Em Araguari, no final do século XIX e começo do XX, podemos perceber a influência da Igreja em assuntos religiosos, sociais e políticos. A configuração urbana da cidade mantém

³ Irmandade religiosa compreende a uma associação de membros religiosos que se organizavam de acordo com a devoção a um santo ou por questões étnicas e raciais e tinham por compromisso dar assessoramento aos fiéis quanto as questões que envolviam a religiosidade. Além disso, tinham por compromisso dar uma morte cerimoniosa e abrigar os irmãos mortos em seus templos (RODRIGUES, 1997).

essa mesma ordem do cemitério da Irmandade dos Quinze Mistérios da Bahia, no entanto, a população reivindica, mesmo no ano de 1906, a construção de um novo cemitério, devido à crescente demanda e a distância do centro habitado pela população do mesmo. Apesar disso, a preocupação com a composição cemeterial, as exigências para que o cemitério fosse cercado por um muro, que tivesse no centro um cruzeiro e que fosse bento são destacadas no documento que será analisado mais adiante. Mas antes disso, faremos um breve relato sobre a história da cidade de Araguari, para depois nos debruçarmos sobre as disputas políticas e a transferência territorial.

Segundo a obra “Araguari e sua história” (PEIXOTO & VIEIRA, 2013), Araguari recebe o status de cidade no ano de 1888, data em que se aboliu a escravidão no Brasil, um ano depois é proclamada a República, e esses fatos modificam a organização social e política da cidade. A primeira Constituição Republicana já instituiu a separação entre a Igreja e o Estado e a liberdade de culto, o que de certa forma, instaurou, além da separação, também um entendimento diferente sobre as funções social e política de cada uma das duas esferas. Ainda segundo o mesmo livro “Araguari e sua história”, o primeiro planejamento e modelamento das ruas é feito através da Lei nº1950, de 4 de fevereiro de 1898, que determinava o alinhamento, o nivelamento e a demarcação das praças, ruas e avenidas da cidade. O engenheiro Achilis Widulick fez a primeira planta da cidade, demarcando os logradouros por números.

É através das atas de batismo, de atestados de óbitos, do livro de tombo e das atas da Câmara Municipal que procuro analisar a influência e poder da Igreja em Araguari. É aos fundos da Igreja Matriz que estava situado o único cemitério da cidade no começo do século XX, e de acordo com suas atribuições ainda legadas dos tempos do Império, a Igreja expedia atestados de batismo e óbito, além de gerenciar a venda de terrenos próximos, que eram considerados de sua propriedade. No entanto, com o fim do padroado a instituição religiosa passa a ter independência em relação ao governo civil. Com isso, de outro lado, a municipalidade passava a reivindicar a posse das terras que antes não lhe pertenciam, aproveitando-se de uma fragilidade na documentação, que não comprovava a doação da sesmaria à Igreja Matriz.

Conforme vertente historiográfica popular, a cidade de Araguari, anteriormente localidade de Brejo Alegre, foi originalmente demarcada como sesmaria no início do séc. XIX, pelo Major do Corrégo Fundo, o comissário da região do Triângulo Mineiro. O documento de transferência de propriedade foi supostamente subtraído da Igreja Matriz, sendo lavrado mais de meio século depois uma transcrição no Livro de Tombo da instituição, confirmando a doação. O certificado redigido no ano de 1895, confirmando a transferência foi baseado no estudo de documentos públicos e particulares, os quais depuseram três testemunhas: José Rodrigues de Almeida,

José Carrijo Peixoto e José Martins Arruda, que segundo relato eram “homens provecos e bem-reputados (PEIXOTO & VIEIRA, 2013. p. 22).

No documento abaixo, o Cônego Aurélio Elias de Souza, envia uma carta ao Bispo de Uberaba, para que este possa interceder junto ao Presidente do Estado, ao Secretário do Interior e ao Exc. Senhor Bispo de Mariana quanto ao direito da Igreja sobre a propriedade das terras próximas a Igreja da Matriz. Tendo em vista que a Câmara Municipal tentava de todas as formas o domínio territorial, as preocupações da Igreja só aumentavam.

Araguary, 11 de Agosto de 1903. O senhor Theophilo de Godoy e outros denunciaram ao governo estadual, que existem umas terras devolutas, aqui em Araguay, que a Igreja queria usurpar. O governo o engenheiro que hontem seguiu daqui para Belo Horizonte se informar do que havia. Levei o engenheiro ao cartório e lá o mostrei o seguinte: uma justificação na qual foram intimados o coletor, o promotor, o agente legislativo para tal fim, a sentença da mesma justificação, uma vistoria demarcação foi julgada foi sentença e o mapa da demarcação. Trouxe-o um engenheiro uma mapa cujo, mostrei com uma justificação, feita pelo Olimpio dos Santos uma certidão do coletor que as terras no patrimônio estavam lançadas no livro territorial e fazas pontualmente, certidão dos registros dos bens em cartório, de tudo ficou escrito e levou esses documentos para o governo copiados. Como a política não tem “estrendas” e o governo faz o que quer, espero que V. Exc. Cia. Tome o trabalho de escrever ao Presidente do Estado ao senhor Delfim Moreira secretário do interior ao Moneco Quintino e ultimamente ao exc. Senhor Bispo de Mariana. Exc. Tomara esse trabalho, mas será para o bem da Igreja. Uma carta de V. exc. Para esses, será de grande proveito e eu ficarei tranquilo. Cônego Aurélio Elias de Souza⁴.

A população de Araguari também se manifestou quanto à disputa territorial entre Igreja e a Prefeitura, por temer que as terras apossadas fossem tomadas pela Igreja ou pelo próprio município.

Diz a Câmara municipal por seu representante abaixo assinado que o reverendíssimo vigário como fabricante da igreja matriz dessa cidade, arrogando-se direitos discutíveis pretende chamar a posse da igreja terrenos urbanos e suburbanos já ocupados e para garantia de seu direito quer justificar com as testemunhas abaixo arroladas que virão a este juízo no dia e hora por Vossa. Exc. designado independente de citação o seguinte. Lei os juizes sesmeiros que majoram e demarcam as fazendas limitrophes e que circundam as terras chamadas de patrimônio notando entre os juizes o chamado Major do Córrego Fundo, isto a mais de sessenta anos deixaram a extencao de terrenos que hoje abrange a área urbana e suburbana desta cidade como terrenos devolutos ou sobra, sendo esses terrenos logo ocupados por diversas pessoas que ate constituíram propriedades. Seus ocupantes já em grande número resolveram construir uma capella nos referidos terrenos e cujos vestígios ainda existem. Depois de criada a povoação e tendo a categoria de Villa com a denominação de Brejo Alegre, que tomou posse em Março de 1884, já eram os referidos terrenos considerados patrimônio público, tanto que nas áreas Urbanas e suburbanas se construíram prédios e formaram-se propriedades com licença da Câmara e sem dependência de governo eclesiástico que alias nada reclamaram. Deu 40 meses mais ou menos os habitantes resolveram construir outra Igreja que é a que existe atualmente, porém tendo sido incumbido a Manoel Jose Carvalho de concluir as obras da mesma igreja, este não tendo recebido nenhuma remuneração pelo seu

⁴ Documento do Arquivo da Igreja Matriz do Senhor Bom Jesus da Cana Verde- Araguari-MG. Carta do Cônego Aurélio Elias de Souza. Araguay, 11 de Agosto de 1903.

serviço, deliberou vender parte dos terrenos que se dizem patrimônio para se indenizar⁵.

O documento foi assinado por doze testemunhas, que requeriam a posse regular de seus devidos terrenos. Requeriam, ainda, que um parecer fosse enviado ao Cônego e ao promotor de Justiça de Araguari. O documento comprovava que a disputa territorial trazia preocupações não só às autoridades da cidade, mas também à população que já usufruía da posse de terras há meio século.

Desde a posse da Villa de Brejo Alegre a Câmara vem concedido dattas e seus terrenos de acordo com as leis respectivas sem que as autoridades eclesiásticas apresentassem qualquer reclamação. Atualmente a igreja por seu representante procede a uma demarcação dos referidos terrenos que constituem o patrimônio da cidade e em cujo processo ficam inteiramente prejudicados os antigos proprietários que constituíram posse, alguns dos quais autorizados pela Câmara Municipal. Em 1876 a Igreja pretendendo aforar os terrenos referidos foi afastada pela oposição do então Presidente da Câmara e Agente Executivo cedendo assim os direitos que supunha ter por tanto interrompendo-se o aforamento em 1897. Por mais de 50 anos os proprietários dos terrenos urbanos e suburbanos tem estado na posse mança e pacífica de suas propriedades sem interrupção alguma. Desde 1884 a câmara de acordo com suas leis tem concedido datas e terrenos sem que a autoridade eclesiástica tenha apresentado qualquer reclamação⁶.

A Igreja justificava sua posse com o argumento de que havia recebido uma sesmaria nos primórdios da povoação de Araguari, fato impossível de se comprovar. A Igreja passa então a procurar auxílio junto ao governo do Estado de Minas para intervir nessa disputa que começava a travar com a Câmara Municipal de Araguari.

Belo Horizonte, 17 de Agosto de 1903. Gabinete do Presidente do Estado de Minas Gerais. De posse da carta de N. Exc. Ver., de 12 do corrente, juntamente com a carta que veio inclusa, peço licença para, em sua resposta, afirmar a V. EX. Cia. que do governo de Minas só se deve esperar o respeito aos direitos de terceiro, podendo haver toda tranqüilidade quanto a garantia que será dada ao direito da Igreja em Araguari, desde que seja ele provado. Além disso, terei o maior prazer em ser agradável ao Exc. Ver. Bispo, sendo portanto, o pedido recebido com a maior consideração, grande será a minha satisfação em poder anunciar á V. Ex. Cia. que não há motivos para recear a expoliação a que se refere, dos bens patrimoniais da Igreja em Araguari. Com o maior acatamento e respeito e peço permissão para subservir-me. De V. Ex. Cia Rev. Francisco Antônio de Salles⁷.

Nessa disputa, a Câmara chegou a oferecer uma indenização em dinheiro para que a Igreja desistisse do direito dos terrenos urbanos. No entanto, a Igreja recusou e continuou exercendo suas funções, tanto religiosas quanto institucionais.

⁵ Documento do Arquivo da Igreja Matriz do Senhor Bom Jesus da Cana Verde- Araguari-MG. Testemunhas: 1- Elias Gomes de Avelina Menezes. 2- Valério Monteiro de Araújo. 3- M. Justino Monteiro de Araújo. 4- José Pires Barroso 5- Cap. José Joaquim de Araújo 6- Manoel Ferreira Souza. 7- Augusto Cezar Ferreira Souza. 8- Francisco Elias Cardozo. 9-Cel. José Rodrigues da Cunha. 10- Francis do Santos Velloso 11- Bento Alves de Paiva. 12- T. Cel. Lindolfo da Cunha. Ata da Igreja Matriz do Senhor Bom Jesus da Cana Verde do ano de 1901.

⁶ Arquivo da Igreja Matriz do Senhor Bom Jesus da Cana Verde - Araguari-MG.

⁷ Documento do Arquivo da Igreja Matriz do Senhor Bom Jesus da Cana Verde - Araguari-MG.

Joaquim Magalhães, escripturario da Câmara Municipal de Araguari na forma da Lei. Certifico que revendo no arquivo da Câmara Municipal desta cidade em virtude da petição e seu despacho encontrei o livro de atas referente aos ditos requerimentos e nele as folhas nove, digo, cento e nove, deparei com a ultima parte da sessão extraordinária em sete de novembro de mil oitocentos e noventa e seis. Que é do teor seguinte: Em primeiro lugar pediu a palavra o vereador Olympio dos Santos e disse que como presidente da Comissão da Fabrica da Igreja, propunha á Câmara que a Igreja, desistia do direito que tinha sobre o terreno Urbano pela indenização de Um conto e dusetos mil reis, pago pela Câmara em três prestações: pedimos então a palavra o vereador Oliveira. Nada mais havendo a tratar-se o cidadão presidente encerrou a sessão. E para constar lavrei essa ata, 1901 ⁸

O documento abaixo ajuda a compreender a influência da Igreja na questão territorial do município:

Parecer. A Comissão abaixo assinada nomeada pelo Exc.mo. Ver. Senhor P. Eduardo Bispo dessa Diocese de Goyas, para dar seu parecer sobre quanto o patrimônio dessa cidade. Considerando que o perímetro dessa cidade apresenta pela planta adaptada pela Câmara Municipal computa cinquenta e sete alqueires de oitenta litros. Considerando que dentro desse perímetro achasse já ocupado vinte e sete alqueires já com benfeitorias ruas, largos, praças e avenidas. Considerando que os lugares vagos dentro do referido perímetro contem somente trinta alqueires são de parecer que: os trinta alqueires em suas opiniões e embaixo de suas consciências valem um conto e quinhentos mil reis. É este o parecer que a comissão tem a subida honra de passar as sagradas mãos do seu pastor o Excmo. Senhor Padre Eduardo Bispo de Goyas. Araguay, 14 de Fevereiro de 1901. A comissão: João Roiz Peixoto. José Roiz da Cunha. José Roiz Peixoto do Nascimento.⁹

Nessa disputa territorial, entre Igreja e municipalidade, estava incluso o cemitério municipal que era localizado atrás da igreja matriz. Para compreender melhor esse processo de transferência do cemitério para longe do centro urbano é necessário antes de tudo explicitar como a Igreja adquire o domínio sobre os rituais fúnebres.

O medo à espreita: Sufrágios, Purgatório e a “boa morte”

O medo que as pessoas tinham diante da morte se intensificou devido ao desenvolvimento da doutrina do Purgatório (LE GOFF, 1981, p. 18-19), criada pela Igreja Católica, entre os séculos XII e XIII, e que serviu para enquadrar as atitudes e representações dos cristãos em relação aos momentos finais da vida e sobre o Além. O Purgatório seria um lugar intermediário entre o céu e o inferno, onde a alma passaria por sofrimentos semelhantes aos do Inferno. Entretanto, essa provação poderia ser abreviada por meio dos sufrágios dos vivos. Além disso, a confissão auricular também foi pregada como uma forma de redenção perante os pecados, prática obrigatória entre os adultos cristãos, no mínimo uma vez ao ano (p. 256-257).

⁸ Documento do Arquivo da Igreja Matriz do Senhor Bom Jesus da Cana Verde- Araguari-MG.

⁹ Ibidem.

Uma boa conduta pessoal já não era mais suficiente para dar um bom caminho à alma, com a ênfase na remissão dos pecados através da confissão, via-se a ação eclesiástica no sentido de culpabilização e de suas consequências com punições após a morte. Os últimos momentos de vida eram vistos como a hora do julgamento individual¹⁰, no qual aqueles que não tivessem cumprido as penitências em vida e que estavam se preparando para ter uma “boa morte” seriam condenados. Para ter-se uma “boa morte” bastava ao crente ser submisso às diretrizes da Igreja, acreditar na purificação da alma e, após a morte de um ente querido, intensificar a prática dos sufrágios.

É importante ressaltar que inicialmente, ainda no Mundo Antigo, muitas comunidades tiveram certa resistência à esta clericalização e ao assenhramento da morte pela Igreja, que teve início no século IV, quando o Cristianismo foi oficializado pelo imperador Constantino como religião lícita e privilegiada, dentre as religiões de estado Romano da Antiguidade. Os romanos contrários à clericalização defendiam suas crenças e tradições, às quais a Igreja declarou como pagãs e heréticas. É nesse momento que as sepulturas passam a adentrar as cidades; antes disso, elas eram espalhadas pelos subúrbios romanos, tendo em vista que os habitantes de Roma temiam que os mortos retornassem e perturbassem os vivos. Além do mais, eram considerados impuros e poluíveis, por isso os túmulos eram mantidos fora das cidades. Em contraposição ao considerado paganismo, a Igreja trouxe para dentro das cidades os cadáveres dos mártires enterrados nos subúrbios, e os enterrou dentro ou próximo aos seus muros, no intuito de afirmar e convencer aos romanos de que a Igreja era uma só comunidade que incluía santos, vivos e mortos. Por conseguinte, as cidades foram trazidas para perto dos mortos (RODRIGUES, 2005, p 42-43).

A ideologia do Purgatório, divulgada por meio dos manuais da “boa morte”, vai se enraizar de forma mais concreta no sistema de crença nas sociedades cristãs e católicas, entre os séculos XV e XVIII. Dessa forma, a difusão dessa ideologia da “boa morte” esteve presente na América Portuguesa, por meio dos manuais de preparação para morte¹¹, assim como também por todas as formas de representações e rituais fúnebres que se mostravam como ritos tranquilizadores dos fiéis. Além disso, esses manuais transformaram-se em um gênero de literatura devocional com textos e imagens que preparavam o cristão para seu

¹⁰ “Escatologia individual” afirmava que o julgamento seria individual e não como a ideia do Juízo Final que seria coletivo e nos fins dos tempos (ARIÈS, 1989, p.115-116).

¹¹ Dentre estes manuais, o mais conhecido e que circulou no Brasil dos setecentos e dos oitocentos foi o de Estevam Castro, de título “Breve aparelho e modo fácil para ajudar a bem morrer um cristão, com recopilação da matéria de tratamentos, e penitência, várias orações devotas, tiradas da Escritura Sagrada, e do ritual romano de N. S. P. Paulo V”, acrescentada de várias missas de 1627, de acordo com Cláudia Rodrigues. Op. Cit, sobretudo Capítulo 1.

último momento. Com imagens de grande dramaticidade, os manuais ilustravam uma luta final entre anjos e demônios pela alma do enfermo no momento de passagem. Tendo o moribundo resistido às tentações demoníacas da hora da morte, e professado sua fé cristã, os anjos e espíritos bons os cercariam e mostrariam uma coroa, que receberia como recompensa da alma pela sua “boa morte”. Continham também recomendações sobre a arte de morrer, as tentações que o enfermo passaria no momento de morte, as orações que deveriam ser pronunciadas, a conduta e orações dos que cercavam o enfermo junto ao leito de morte.

Medo e segurança eram promovidos pela Igreja (DELUMEAU, 1989). Por um lado, o medo da morte e suas consequências, por outro, a garantia de que todo aquele que se confessasse seria redimido e garantiria a salvação, conquanto estivesse realmente arrependido de todos os pecados. Após confessado, era preciso elaborar um testamento (RODRIGUES, 2005, p. 265), demonstrando uma preocupação prévia da hora da morte.

De acordo com Claudia Rodrigues (p. 271), os testamentos do século XVIII, produzidos pela população de católicos da cidade do Rio de Janeiro, evidenciavam as orientações desses manuais de “boa morte” e a permanência de concepções da pedagogia do morrer.

O imaginário de medo criado pela Igreja através da ideologia do Purgatório, dos manuais da “boa morte”, da confissão auricular e de toda ritualização fúnebre propiciaram, aos séculos XVIII e XIX, uma configuração urbana onde os cemitérios faziam parte da composição das cidades. Os cemitérios quando não eram “dentro” das igrejas eram anexados ao seu espaço territorial, para reafirmar a importância da comunhão entre os mortos e o clero. Nessa perspectiva, apesar do percurso temporal extenso, buscaremos analisar os conflitos e desafios políticos entre a Igreja e o Legislativo em Araguari para afastamento do cemitério do centro urbano. A contextualização do processo histórico de legitimação da Igreja perante os ritos fúnebres é fundamental para a compreensão do processo inverso, a secularização.

A transferência do cemitério para longe da Igreja matriz em Araguari foi motivada por questões como disputa territorial e de poder, organização urbana e secularização. É importante ressaltar que a partir do século XVIII inicia-se um processo de projetos urbanos que estão ligados a ideais burgueses de progresso e modernização do espaço urbano. Além disso, a população de Araguari também reivindicava um novo cemitério que comportasse mais defuntos. Um dos documentos que comprovam que a população de Araguari pedia a construção de um novo cemitério na cidade é a carta de Dom Eduardo Duarte Silva Bispo de Sant’Anna de Goyas que, no dia 10 de agosto de 1906, enviou uma carta à Paróquia Bom

Jesus da Cana Verde na Freguesia do Senhor Bom Jesus de Araguay. Nesta carta Dom Eduardo diz:

Fazemos saber que, atendendo ao que Nos requereram os moradores da estiva (sic) Freguesia do Senhor Bom Jesus de Araguay, onde existe uma Capella provisionada e muitos moradores da circunsvizinhança, distante do Cemitério parochial cinco léguas, e portanto com muita dificuldade podem os cadáveres ao mesmo serem levados; Havemos por bem conceder auctorização, como pela presente. Concedemos-o para que possam construir um cemitério, devendo o mesmo ser cercado pelo muros de aroeira e ter no centro um cruzeiro, o que feito, Nos requereram a Provisão de Benção do mesmo¹².

Na Câmara Municipal de Araguari, no começo do século XX, os debates sobre a regulamentação do cemitério, sobre os projetos urbanos e sobre a disputa de terras estão a todo vapor. Na sessão Ordinária do dia 14 de junho de 1899, no paço municipal de Araguay, o vereador Nicolau Elias, fez o seguinte requerimento:

Pelo vereador N. Elias, foi pedido a palavra e lhe sendo concedido. Apresentou as seguintes indicações: uma sobre as medidas a tomar-se para regulamento do cemitério público municipal, entregue hoje a Câmara¹³.

O mesmo Vereador Nicolau Elias, em 13 de fevereiro de 1900, faz o seguinte requerimento:

Autoriza o agente executivo a despender a quantia necessária e que for orçada a construir nesta cidade um cemitério que foram tirar cópias para apresentar na sessão seguinte¹⁴

Em 20 de agosto de 1900, o vereador Nicolau Elias apresentou duas indicações: uma quanto à criação do mercado público, outra de indicação sobre a planta e local do novo cemitério¹⁵. O projeto foi aprovado, mas para a efetiva regulamentação e transferência do cemitério demorou vinte e poucos anos, mais ou menos. Segundo o jornal Diário de Araguari de 2 de novembro de 2007, na coluna “Você Sabia?”, os restos mortais dos defuntos enterrados no antigo cemitério anexo à igreja foram exumados no ano de 1920, autorizados pela Lei 266 de 13 de outubro do mesmo ano.

Nobert Elias (2001), em “A solidão dos moribundos, seguido de envelhecer e morrer”, nos auxilia a refletir e perceber claramente essa ideia de secularização, de mudança de esfera da morte, que antes era doméstica e familiar e passa para dogmática e pública. Para Nobert Elias (p. 25), os rituais estão agora privatizados.

Hoje as coisas são diferentes. Nunca antes na história da humanidade foram os moribundos afastados de maneira tão asséptica para os bastidores da vida social;

¹² Documento do Arquivo da Igreja Matriz do Senhor Bom Jesus da Cana Verde- Araguari-MG. Carta do Bispo Dom Eduardo Duarte da Silva, da cidade de Sant’Anna de Goyás, em visita a cidade de Araguari em 10 de Agosto de 1906.

¹³ Livro de Ata da Câmara Municipal de Araguari. 1898 a 1900. p. 44. Museu Jofre Alves Martins “Patesco”.

¹⁴ Ibidem, p.73-74.

¹⁵ Ibidem, p. 95.

nunca antes os cadáveres humanos foram enviados de maneira tão inodora e com tal perfeição técnica do leito de morte a sepultura (ELIAS, 2001, p. 30-31).

As questões levantadas por Nobeit Elias referem-se a questões de memória e esquecimento. Para Elias, os métodos hoje adotados de distanciamento dos moribundos, dos mortos e da ideia de morte, fazem parte de uma tentativa de afastar o medo dos indivíduos sobre o morrer. Certamente, em Araguari, esse distanciamento do cemitério para um lugar ermo da cidade também faz parte de uma política de distanciamento da ideia de morte.

E a solenidade com que funerais e túmulos são cercados, a ideia de que se deve haver silêncio em torno deles, de que se deve falar em voz abafada nos cemitérios para evitar perturbar a paz dos mortos- tudo isso são realmente formas de distanciar os vivos dos mortos, meios de manter a distância uma sensação de ameaça (ELIAS, 2001, p. 40).

Também as doenças contagiosas contribuíram para uma política higienista de distanciamento dos cemitérios dos centros urbanos, no início do século passado, que davam aos mortos um caráter imundo, de contágio perigoso. As epidemias do século XIX aceleraram um processo de transformação das mentalidades que já vinha ocorrendo, no entanto, bem lentamente. Um processo de secularização que se expressou em novas formas de cultivar o espírito, porém não religiosamente, mas por meio de novos hábitos que podiam ser leitura, teatro, métodos de ensino, entre outros (RODRIGUES, 1997). Os ideais iluministas de uso da razão, de individualidade, certamente transformaram as noções de corpo, de morte e da sociedade tanto do panorama político, quanto cultural e econômico.

Posto o contexto e a disputa territorial em Araguari o segundo capítulo tratará das consequências das concepções originadas do desenvolvimento das ciências médicas para a compreensão do corpo e para consequente transferência dos cemitérios, exemplificado nessa disputa entre a Igreja e o Legislativo pela posse territorial e afastamento do cemitério da Igreja Matriz Bom Jesus da Cana Verde.

CAPÍTULO II - A QUESTÃO URBANA E A MORTE. A (RE)CONFIGURAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO DIANTE DOS COSTUMES FÚNEBRES

Neste momento iremos observar e analisar as modificações no espaço urbano no século XIX, com o objetivo de pensarmos as transformações dessa reconfiguração, a partir do desenvolvimento das ciências médicas e da ideia de progresso, levando em consideração as disputas políticas e de que cunho religioso/ideológico que distanciaram os mortos e a imagem da morte dos vivos e dos centros urbanos. Fatos esses que se disseminaram a partir de uma “ideologia” de uma “burguesia intelectualizada”, tendo em vista que foram a classe médica e as autoridades políticas que protagonizaram e empenharam-se em mudar os costumes e promover uma publicização de práticas higienistas. Além disso, buscarei elencar as modificações no que tange aos cemitérios e às práticas fúnebres no Brasil e comparar com os acontecimentos políticos e sociais que ocorreram em Araguari, no período de 1900 a 1930. A intenção é buscar compreender as conexões existentes entre novas condutas sociais e políticas com um modo novo de encarar os enterramentos.

No capítulo anterior analisamos o empreendimento da Igreja Católica em se apoderar do culto dos mortos e incumbir ao clero e à comunidade eclesial a responsabilidade sobre as práticas fúnebres. Além disso, observamos os mecanismos ideológicos que a Igreja utilizou para ter esse controle sobre os rituais e atitudes diante da morte e do morrer no Ocidente, ao apresentar o cemitério de Araguari e suas disputas políticas e territoriais. A partir daqui pensaremos as cidades, através da noção moderna de progresso, o desenvolvimento e conflitos políticos para a legitimação das ciências médicas, o espaço urbano e suas reconfigurações para uma salubridade e política de higienização, o distanciamento do imaginário da morte das urbes e a secularização do morrer.

Georg Simmel (1976) em “A metrópole e a vida mental” define a sociedade moderna a partir de suas características objetivas, que estão ligadas aos objetos, aos conhecimentos, a cultura e as instituições e o homem metropolitano por sua subjetividade, inerente ao indivíduo. Para Simmel, o homem contemporâneo tem como grande desafio preservar sua autonomia e individualidade em face das esmagadoras forças sociais. Essas observações de Simmel estão relacionadas às questões econômicas e seus efeitos para a organização das cidades e da vida social. Ele categoriza o homem moderno a uma existência pessoal e totalmente individual, dirigida por interesses econômicos que o impulsiona a refazer todas as formas de sociabilidades. Mas para Simmel, a vida nas metrópoles se expande para além das suas fronteiras físicas, ela direciona os indivíduos a deixar de lado sua vida pessoal e

mergulhar intimamente nas socializações que as instituições, a religião e nas possibilidades de lazer que o capital oferece.

Não é preciso mais do que apontar que a metrópole é o genuíno cenário dessa cultura que extravasa de toda vida pessoal. Aqui, nos edifícios e instituições educacionais, nas maravilhas e confortos da tecnologia da era da conquista do espaço, nas formações da vida comunitária e nas instituições visíveis do Estado, oferece-se uma tão esmagadora inteireza de espírito cristalizado e despersonalizado que a personalidade, por assim dizer, não se pode manter seu impacto. Por um lado, a vida se torna infinitamente fácil para a personalidade na medida em que os estímulos, interesses, empregos de tempo e consciência lhe são oferecidos de todos os lados (SIMMEL, 1976, p. 23-24).

Diante disso, nos colocamos a pensar de que forma conseguiríamos ficar imunes ou distantes de pensamentos e comportamentos que são comuns a nossa sociedade. Certamente, as sociabilidades, os pensamentos e costumes transformam-se de forma dinâmica, estando os indivíduos ligados a essas transformações. Simmel afirma que o século XVIII trouxe ao mesmo tempo uma necessidade para o homem em se libertar das dependências históricas referentes ao Estado, à religião, à moral e à economia, e também, uma exigência de aperfeiçoamento técnico, uma especialização funcional do homem e de seu trabalho, fazendo com que eles se reduzissem a uma questão quantitativa e afastando-os do convívio pessoal, tanto particular como profissional, tendo em vista que a comercialização acontecerá longe daqueles que produziram.

Nesta mesma trilha de pensamento, Max Weber (1976), em “Conceito e categorias da cidade”, explica que as cidades podem fundar-se de duas maneiras. A primeira delas é existindo um domínio territorial, podendo ser também uma sede de principado onde exista uma indústria, para satisfazer imprescindivelmente a economia e a política. A existência de um mercado ou intercâmbio fixo de mercadorias seria essencial para a constituição de uma cidade. As cidades poderiam fundar-se também com a permanência de intrusos, fossem piratas, comerciantes colonizadores ou nativos (p. 69-70). O sociólogo afirma ainda que podem existir também “cidades agrárias”, mas que nelas um amplo setor dos habitantes paga suas necessidades com economia própria e comercializam para mercados.

O texto “Permanência e Ruptura no Estudo das cidades”, de Maria Stella Bresciani (1990), traz questões importantes quanto à composição e organização das cidades contemporâneas. Bresciani busca demonstrar de que forma a vida política, as instituições públicas e a vida capitalista definiram o espaço público e o lugar de sociabilidade no século XIX. A autora fala em cinco conceitos sobre as cidades, inicialmente a questão técnica se colocou como um fator importante para organização do espaço público e exemplifica a questão social pensada a partir de um individualismo liberal, passando pela questão da

formação de identidades contemporâneas que estão relacionadas a uma gama de atividades urbanas e pela educação como formadora de uma nova sensibilidade para uma cidade-progresso.

O primeiro conceito trabalhado por Bresciani sobre as cidades diz respeito às questões técnicas, a problematização da materialidade da teia urbana, é a racionalização dos espaços enquanto algo pensado, idealizado. É um planejamento de todos os locais de sociabilidades, instituições públicas, circulação de pessoas e mercadorias.

Trata-se de uma forma de apreender a cidade a partir de dados sensíveis: a descrição literária e científica e a representação iconográfica fixam o crescimento em extensão, o aumento demográfico, as atividades produtivas, a circulação das mercadorias e sua troca no mercado, as questões de salubridade e de controle do movimento (BRESCIANI, 1990, p. 13).

É nesse sentido de transformação na mentalidade e configuração política, social e urbana que em Araguari os debates sobre a regulamentação e posse territorial representavam essa reconfiguração do espaço público. Na sessão ordinária do dia 14 de junho de 1899 o vereador Nicolau Elias requereu que fosse levantada uma carta cadastral da cidade, o que demonstra as primeiras preocupações com a organização do espaço público nesta pequena cidade do interior de Minas¹⁶.

Bresciani explica que a questão da preocupação com o espaço urbano surge simultaneamente com a ideia de insalubridade a partir do momento em os pobres passam a ser vistos como um problema e que essa proximidade entre as classes poderia ser um fator de contaminação entre elas (p. 12). Arelado a isso estavam políticas que interferem e reestruturam o meio ambiente, estendendo para todas as camadas as diretrizes, manuais ou regras de civilidade necessárias para uma boa saúde. As questões sanitárias, o projeto progressista de cidade e os avanços científicos tecnológicos partiram de uma elite que tinha em suas mãos recursos ideológicos e financeiros para a reconfiguração que almejava retirar do espaço urbano o que não lhe agradava aos olhos, como os pobres, os doentes e a morte.

No espaço externo, um belo traçado de ruas e avenidas sem pontos de estrangulamento e sem barricadas; em casa, famílias edificadas pelos preceitos burgueses da moralidade e do trabalho. Sem duvida um audacioso projeto disciplinador e utópico (BRESCIANI, 1990, p. 17).

Uma das grandes questões trabalhadas nesse texto é o problema do lugar dos pobres na sociedade do século XIX. A autora busca explicar os impasses e desafios do habitat, tendo em vista que políticas de educação e controle dos pobres eram fundamentais para hábitos de salubridade. E estes eram fundamentais como mão de obra de uma sociedade em progresso,

¹⁶Ata da Câmara Municipal de Araguari 1898 a 1900. Museu Jofre Alves Martins “Patesco”.

tendo o pobre uma nova atitude diante da sociedade, reivindicando direito à sobrevivência e tornando a sua existência uma questão política. Na Inglaterra do século XVII, a certeza da sociedade moderna era de que tudo deveria circular, animais, mercadorias e pessoas.

A questão social ganha novo significado a partir da Revolução Francesa. Bresciani explica que as multidões organizam uma “nova ordem para o século” (p. 18), tendo em vista que essa pauta não sairá mais do centro da política e se estenderá aos séculos XIX e XX.

A Era da Máquina. Sobre a base dessa equação estruturam-se projetos utópicos, reformistas e utilitaristas, cujo objetivo foi o de pensar formas de conciliar o capital e o trabalho na cidade ideal. Aos pesadelos utópicos racionalistas se opuseram os projetos políticos da Revolução Social, em que os pobres, finalmente politizados pela consciência proletária, ganham voz (BRESCIANI, 1990, p. 19).

O terceiro conceito sobre as cidades, formulado por Bresciani refere-se à formação das identidades sociais, essa seria uma nova forma de se compreender a sociedade contemporânea proporcionada pelas inovações tecnológicas, científicas, sociais e econômicas surgidas no final do século XVIII e início do XIX. Nesse sentido, surge uma redefinição das classes sociais, tendo uma separação dessas, sendo a burguesia a classe que hegemônica na dominação de recursos políticos, ideológicos e financeiros. É a partir dessa predominância dos conceitos e valores burgueses que há uma nova forma de organização da sociedade, onde a esfera pública será o lugar da ação política em oposição a vida privada, a noção de intimidade se torna algo importante para esse homem moderno, racional e politizado. É através desse conceito que Bresciani elabora a quarta porta para a percepção da cidade que é a formação da sensibilidade burguesa.

O conhecimento físico do homem faz uso da dissecação para melhor apreender a composição e a estrutura do corpo; o homem explica-se a si mesmo também em termos psicológicos, seu antes e seu agora é dissecado pela psicologia, e toda a sociedade é psicologizada (BRESCIANI, 1990, p. 21).

Por fim, Bresciani esclarece que o lugar e o sujeito da história se modificam mais uma vez, e a questão social é recolocada no centro da política. A autora arremata com a afirmação de que a territorialidade se estudada para além da constituição física, espacial e se voltasse a subjetividades se tornaria uma poderosa ferramenta para melhor compreensão desse complexo modo de vida contemporânea.

Pensando sobre as subjetividades dos sujeitos que se encontram nas cidades, a partir das ideias de Robert Moses Pechman (2013) em “Utopias e desejos: dores e prazeres nas cidades”, nos remetemos a todas as experiências vividas particularmente no ambiente urbano. A noção de cidade utópica trabalhada nesse texto diz respeito a várias questões de sociabilidades, de limites particulares que são ultrapassados pela vida cotidiana, além disso, o rompimento trazido pela modernidade, de um imaginário permeado não mais pelo ideal de

comunidade e solidariedade, ganha, através das metrópoles, outras formas de vínculos onde a valorização do indivíduo se tornou o fundamento das relações. É a subjetividade psicologizante em ênfase no homem e na sociedade contemporânea.

Aquilo que entendemos como desejo de cidade e que dizia respeito ao imaginário de uma coletividade urbana se complexifica frente às novas formas de subjetivação na cidade e que dizem respeito agora, não só ao desejo de cidade, mas ao desejo na cidade. É que o desejo na cidade é um lugar outro de indagação da promessa de cidade que não se sustenta mais no vínculo comunitário e abre espaço para que cada um a interpele não mais no uníssono coletivo, mas na voz individual (PECHMAN, 2013, p. 142).

A compreensão do corpo dentro de uma nova perspectiva de sociedade impulsiona o desenvolvimento da medicina moderna e a busca por soluções para as doenças e mazelas que atingem os indivíduos. É notório que diante dessa separação social de classes, como descrita por Bresciani, vão se estabelecer divisões entre os cuidados para a saúde de pobres e ricos. No século XVIII, houve uma grande produção de manuais de medicina que indicavam e ensinavam maneiras de cuidar da ‘saúde dos povos’. É o que o historiador Jean Luiz Neves de Abreu (2011) analisa em seu livro “Nos domínios do Corpo; o saber médico luso-brasileiro no século XVIII”.

Neves nos explica que na América portuguesa, assim como em Portugal, era incumbência do Estado, das câmaras municipais, as diretrizes e leis que regiam as atribuições direcionadas à conservação da saúde na colônia. Assim como combater as epidemias e promover políticas administrativas e de caráter fiscalizador para salubridade pública. Em Portugal a saúde pública havia se tornado caso de polícia no século XVIII, diante disso, o intendente Geral de Polícia era o responsável por organizar e disponibilizar os serviços de limpezas de ruas, hospitais e criação de cemitérios públicos, para hostilizar os sepultamentos nas Igrejas.

Este imaginário da poluição pelo ar e pelos miasmas é problematizado por Neves, a partir das várias teorias que percorreram esse novo saber científico, um deles é aquele apoiado na noção de que o ambiente seria um fator preponderante para adoecimento das pessoas. Considerando o solo, o sol, a água, os ventos ou árvores propícios a infectar as pessoas com algumas doenças. Mas é no século XVIII que as pesquisas sobre contaminação, sobre o clima tomam um novo rumo e a teoria do contágio por miasmas ganha força, “termo que designava a infecção do ar por gases ou vapores pútridos” (p. 133). Essa associação entre os miasmas e as doenças que traziam foi um discurso importante na secularização das práticas religiosas já no final do século XVII.

O discurso médico de cunho iluminista representava, desse modo, uma oposição à sensibilidade religiosa em que a concepção de ‘boa morte’ estava associada à

proximidade entre mortos e vivos (Campos, 1987, 1988). Tratava-se, conforme observou João José Reis, de um processo de laicização do discurso sobre a morte, protagonizado pela medicina. Herdeiros das Luzes, os médicos brasileiros do século XIX viam a necessidade de civilizar os costumes e combater aquilo que consideravam símbolos de superstição (ABREU, 2011, p. 136).

Como citado por Jean Neves, João José Reis vai explicar as precauções médicas que deviam ser tomadas na construção dos cemitérios para se evitar a contaminação por esses miasmas presentes nas igrejas e no contato com o ar poluído.

Assim, as exigências médicas previam que o local adequado para os cemitérios fossem fora da cidade, distantes de fontes de água, em terrenos onde o vento soprasse para longe das cidades e que não houvesse casas nas proximidades, deveriam também ter muros altos e covas fundas (REIS, 1991, p. 260).

Notamos, assim, que o saber médico se distanciou do que a religião pregava e se tornou algo a direcionar as formas de viver, ditando normas sobre alimentação, exercícios para melhorar a circulação do sangue e fluidos, os cuidados com os mortos e as formas de sepultamento, até mesmo a sexualidade se tornou algo que a ciência se apropriou e utilizou contra os dogmas da Igreja. A ciência médica do século XVIII condenava até mesmo o amor, podendo ser ele humano ou divino, tornar o amor algo patológico só foi possível pela análise do que este fazia ao corpo humano (ABREU, 2011, p. 164-165).

Tornando o amor e a lascívia em algo patológico, faziam-se desnecessárias as penitências e a confissão como forma de remissão moral e espiritual do seu pecado. Afastando desses sentimentos o caráter moralista que era dado a eles pela religião.

Para além dos remédios, os médicos acenavam com uma série de prescrições destinadas não só a promover a saúde dos indivíduos, mas também a de normatizar os comportamentos. Os conselhos sobre a preservação da saúde, essência do ‘regime de viver’, andavam conjuntamente com a perspectiva moral. A moral, conceito antes reduzido à sua dimensão religiosa, migrava cada vez mais para o campo da medicina, levando a uma racionalização dos comportamentos corporais (ABREU, 2011, p. 179).

João José Reis, neste sentido, corrobora com Bresciani ao explicar que o discurso médico para afastamento dos mortos no século XVIII baseava-se na doutrina dos miasmas, cujo princípio norteador pregava que a emanação de uma mefítica¹⁷ causaria doenças endêmicas e infectaria o ar. Em seu estudo, Reis investiga a “Cemiterada” manifestação de protesto contra a criação do cemitério Campo Santo em Salvador e que acabou por destruir todo o novo cemitério baiano em 25 de outubro de 1836. Entretanto, para explicar essa revolta, Reis percorre o período que compreende a mudança das sensibilidades sobre o corpo,

¹⁷ Segundo dicionário Priberam- Mefítica significa “que liberta elementos mal cheirosos e nocivos a saúde”. **"Mefítica"**, in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013. Disponível em: <https://priberam.pt/dlpo/Mef%C3%ADtica>. Acesso em 01 nov. 2015.

sobre a mentalidade e atitudes cotidianas. Este autor trata também as formas de bem morrer, os ritos domésticos e as disputas políticas sobre os sepultamentos.

As igrejas do início do período Imperial mantinham muitas das mesmas premissas do período colonial no tratamento com os mortos, mas as modificações já eram evidentes, o incômodo com os odores e presenças dos mortos dentro do espaço urbano já estavam pautas de debates entre intelectuais (médicos), políticos, padres e irmandades e a população. A falta de espaço dentro das igrejas para enterrar os mortos já era motivo de preocupação, além disso, os problemas com os odores e a disseminação de epidemias e doenças oriundas dos mortos fizeram do desenvolvimento da medicina um verdadeiro baluarte do conhecimento sobre políticas de insalubridade e do corpo humano.

No capítulo “Civilizar os costumes: A medicalização da morte”, Reis discorre sobre a nova mentalidade que colocaria a razão como direcionadora dos costumes. As teses médicas colocavam o discurso religioso como barbarismo, como superstição e culpabilizavam os padres pela persistência nesses costumes que prejudicavam a saúde de todos os indivíduos (REIS, 1991, p. 261).

Herança do Século das Luzes, as teorias sobre os miasmas e a contaminação microbiana levavam os ritos fúnebres para um universo de “fantasia” e retrocesso sendo o conhecimento médico, ao contrário um rumo à civilização, progresso e pensamento racional. Dessa forma, a vigilância sobre hábitos e costumes considerados pelos médicos como bárbaros, impróprios ou insalubres passaram a compor um conjunto de normas que intervinham na organização dos grandes aglomerados urbanos.

A lista de maus hábitos era grande e variada: a disposição de lixo nas vias públicas, a falta de escoamento das águas usadas, o alinhamento desordenado das ruas, a arquitetura inadequada dos prédios, os hábitos alimentares extravagantes, a indisposição para exercícios físicos e para higiene pessoal. Na verdade, os médicos propunham uma verdadeira revolução cultural. Para alcançá-la, preconizavam a reorganização e racionalização de algumas instituições básicas, como as prisões, hospitais, escolas e cemitérios, todas vistas como causadoras de doenças físicas e morais (REIS, 1991, p. 249).

Os médicos tentavam de todas as formas, mudar a mentalidade sobre os sepultamentos dentro das Igrejas, para isso a criação de Escolas de Medicina nas capitais e circulação de revistas e manuais de medicina por todo o Brasil foram fundamentais. Os médicos utilizavam diversas teorias, todas relacionadas à contaminação miasmática, diziam que as mulheres eram mais suscetíveis à contaminação por serem mais sensíveis à infecção e também que pessoas gordas tinham maior impacto de contaminação dos espaços e das pessoas. Além disso, um terror se instalava quanto ao mal miasmático que habitava as igrejas e as casas circunvizinhas,

era necessário vigiar e combater o cheiro dos mortos, mais do que isso significava o medo que esse representava. Reis afirma também que os médicos requeriam uma posse dos cadáveres.

Essa familiaridade com o mortal comum com os restos mortais parecia indevida, uma vez que só devia ser permitida aos médicos. Lugar de esqueleto era a sala de anatomia, não a via pública (REIS, 1991, p. 258).

As contribuições de João José Reis, de Bresciani e de Neves são evidentes para pensarmos os ritos fúnebres, a questão social do século XVIII, a disputa entre as questões materiais, ideológicas e de poder referente no que tange ao religioso e ao político para nosso objeto de análise. Os embates médicos em torno da “posse” do imaginário sobre os corpos transformaram o cenário urbano das cidades e desempenharam um papel pioneiro na manipulação e controle do viver, da saúde e do morrer.

Eles lutavam, por assim dizer, pela posse do cadáver a partir do instante mesmo da morte. O cadáver devia ser anatomizado ou autopsiado; transformando em objeto médico, ele podia até ser revelado publicamente. Os periódicos estampavam em suas páginas procedimentos e resultados de autópsias, geralmente de cadáveres famosos. A anatomização de gente ilustre servia a vários fins, mas sobretudo o de legitimar o saber médico da morte. Os médicos queriam dessacralizar a morte. Exigiam que a função de registrar óbitos fosse transferida dos padres a eles (REIS, 1991, p. 262).

No que tange à legislação cemiterial na Bahia, em 1825, um decreto imperial condena “as práticas tradicionais de enterro como anti-higiênicas e supersticiosas” (REIS, 1991, p. 274). A reivindicação da Câmara era para que os sepultamentos fossem realizados fora da cidade. Mas foi só em 1828, com a regulamentação das funções das Câmaras Municipais do Império que as normas vão se delimitando de forma mais efetiva quanto às proibições referentes ao morrer e os rituais que este envolve. É a partir disso também que se inicia um processo de naturalização da política liberal no Brasil, política esta que empreende uma tarefa de civilização contra a barbárie, de exaltação da cultura europeia em contraposição com a da mestiçagem brasileira constituída pelas diferentes raças que compunham nossa sociedade, definida como incivilizada e atrasada.

A ideia de limpeza, saneamento, organização e embelezamento do espaço urbano denota a preocupação em “civilizar o império” no detalhe da municipalidade. Urbano, aliás, significava “civilizado”. A construção de cemitérios que substituíssem as igrejas como locais de enterramento fazia parte desse projeto liberal, civilizatório e higienizador. Havia uma mentalidade liberal da morte, que colidiu na Bahia de 1836 com uma visão pré-liberal da morte (REIS, 1991, p. 276).

As irmandades religiosas e autoridades eclesiásticas em Salvador resistiam às leis que impediam os enterramentos nas igrejas, as autoridades provinciais e municipais tinham relações conflituosas. A Câmara Municipal legislava sobre posturas enquanto o governo provincial impugnava e ainda aplicava sanções sobre quem as cumprissem.

As cidades do interior da Bahia também começaram a temer os mortos e suas doenças, a Câmara de Santo Amaro, por exemplo, a partir de 1830, já estava familiarizada com as teses miasmáticas e tinha como preocupação a construção de um hospital, de um orfanato e também de um cemitério e pedia ajuda da província. “Em Santo Amaro, ao contrário de Salvador, entendia ser seu dever providenciar um cemitério para a cidade, e pedia ajuda da província” (REIS, 1991, p. 288).

Claudia Rodrigues (1997), em “Lugares dos Mortos na cidade dos vivos”, propõe-se a analisar as modificações das atitudes e representações diante da morte após o período denominado como “Cristandade pós-Constantina”, no qual a Igreja não era mais representante do poder estatal. Além disso, Rodrigues demonstra as transformações ocorridas devido à proibição de sepultamento no interior das igrejas no século XIX, criando assim um novo local de sepultamento, os cemitérios. A autora busca também analisar as consequências disso na relação entre vivos e mortos e nas representações dos ritos fúnebres. No capítulo “O medo da contaminação pelos mortos e o fim dos sepultamentos na Igreja”, Claudia Rodrigues traz elementos para compreender o imaginário que percorreu a população do Rio de Janeiro após a epidemia de febre amarela ocorrida no século XIX. O medo da contaminação, das sepulturas e dos cadáveres terminou por modificar o tratamento dados a esses. Mas a epidemia não foi o único motivo para esse afastamento. O desenvolvimento de conhecimentos médicos a partir 1830 favoreceu uma política higienista que sugeria o distanciamento dos mortos das igrejas e das *urbes* (p. 54). A imprensa contribuiu para a disseminação dos problemas oriundos dos enterramentos nas igrejas e a preocupação do poder público em sanar problemas de insalubridade e empreender uma política urbanizadora.

Cláudia Rodrigues explica que, em 1850, na cidade do Rio de Janeiro, foi expedido um decreto que autorizava o governo da província a determinar o local e o número de cemitérios públicos da cidade. O decreto ainda propunha que estes deveriam se instalar nos subúrbios do Rio de Janeiro.

A Coroa exercia, assim, as atribuições de olhar pelos interesses da sociedade, um olhar que era entendido como exercício de uma vigilância que pressupunha centralização, dominação e direção. A cada passo o elemento particular e o governo foram postos em contato, através da construção de prédios públicos, realização de melhorias materiais levantamento de dados e confecção de mapas, do exercício de vigilância e controle; contato que marcou etapa de constituição da administração pública como agente de centralização (RODRIGUES, 1997, p. 55).

A autora explica que hospitais, hospícios e prisões eram vistos como focos de doenças e por isso deveriam ser expulsas do centro da cidade. Os projetos urbanos eram voltados também remodelação das cidades, alargamento de ruas e praças, criação de matadouros

públicos, rede de esgoto e água, aterros sanitários. O discurso médico sobre os danos causados pela presença dos mortos dentro do perímetro urbano que iniciou no século XIX aqueceu um debate sobre a questão higienista e de salubridade. No Rio de Janeiro, na década de 1830, a Sociedade de Medicina auxiliou as autoridades públicas a estabelecer as medidas de urbanização através de um novo Código de Postura, que continha indicações sobre os enterros, cemitérios, as covas e o tempo que fossem fechadas, além disso, os médicos impuseram ao poder público que os atestados de óbito deveriam ser expedidos por um médico.

Apesar das discussões e sucessivas tentativas para criação dos cemitérios públicos, até o ano de 1850 as intenções sobre a instauração de cemitérios extramuros no Rio de Janeiro não saíram do papel. A exacerbação de epidemias como cólera-morbo, febre amarela e cólera em varias capitais do Brasil (RODRIGUES, 1997, p. 104) impulsionou a população a aceitar essa nova prática de inumação, a resistência se devia ao medo de não terem cumprido os ritos dos “manuais da Boa Morte”, cujos ensinamentos e teor serviam para colocar a alma no caminho da salvação. O princípio básico da salvação sob esta ótica era o enterramento dentro das igrejas.

Temia-se, e muito, a morte sem aviso, sem preparação, repentina, trágica e, sobretudo, sem funeral e sepultura adequados. Assim como se temiam os mortos que assim morriam. Mas desde que os vivos cuidassem bem de seus mortos, enterrando-os segundos os ritos adequados, eles não representariam perigo espiritual ou físico especial (REIS, 1991, p. 74).

Em “A criação dos cemitérios públicos na corte”, Rodrigues explicita sobre as discussões entre o legislativo e a corte para implementação dos cemitérios na capital. Um projeto apresentado pelo Senado em 1850 estabelecia os preços dos serviços funerários e determinava a criação dos cemitérios públicos, já que a Câmara Municipal não havia tomado providências efetivas para isso. Além disso, o projeto propunha a criação de enfermarias para os pobres.

Apesar da resistência das irmandades, diferente de Salvador que houve a destruição do cemitério Campo Santo, foi possível perceber que no Rio de Janeiro a população aceitou de forma mais amistosa a criação dos cemitérios públicos. Para a Igreja no Rio de Janeiro, o afastamento dos cemitérios não diminuiu a autoridade divina sobre eles, tendo em vista que o espaço cemiterial continuava sagrado e a irmandades ainda eram “mediadoras” dos mortos e dos vivos.

A autora afirma que o motivo pelo qual a aceitação no Rio de Janeiro aos cemitérios foi maior do que em Salvador, por exemplo, é devido à maior disseminação midiática das recomendações médicas sobre os males miasmáticos e visto até mesmo como um benefício.

O progresso científico-tecnológico para a percepção do corpo vivo e do corpo morto

José Carlos Rodrigues (2006) em texto sobre a morte na contemporaneidade, nos explica sobre a forma que o poder oriundo do domínio econômico, político e científico dominou o modo como as pessoas se relacionavam com a morte, com o medo desta e com os espaços destinados aos moribundos e cadáveres. Para José Carlos Rodrigues, a preocupação com a saúde, com a vida transforma-se com o crescimento do valor do indivíduo enquanto mão de obra e consumidor. Em concordância com Bresciani, Rodrigues afirma:

Doença e pobreza são agora os grandes inimigos a abater nos domínios da sociedade industrial: medicina e polícia se transformam em estratégias político-econômicas (RODRIGUES, 2006, p. 187).

Para José Carlos Rodrigues, as transformações na vida dos indivíduos, devido ao progresso nas condições de habitação e alimentação, trabalho e salubridade, lazer e sociabilidades, só podem ser compreendidas e justificadas se considerarmos a racionalidade do sistema industrial. Nela o prolongamento da vida dos indivíduos passa a ser essencial. E são os idosos os maiores beneficiados com essas mudanças.

Com uma maior expectativa de vida, o aumento de idosos nas sociedades industriais é evidente, com isso um novo debate emergiu, principalmente em uma sociedade que é hostil aos velhos. Segundo José Carlos Rodrigues, na cultura ocidental, matamos os nossos idosos ao interná-los em asilos, obrigando-os a parar de trabalhar, mesmo que tenham condições para isso e obrigando-os a conviver com a presença da morte nos internamentos em asilos. Apesar disso, a presença dos idosos é indispensável para nossas vidas, devido ao nosso egoísmo e narcisismo em pensar a morte natural, por idade, como menos pesaroso e mais aceitável, ou melhor, é a transformação dela em algo remoto, distante e até mesmo esquecível. As ciências médicas passam a ser o alicerce teórico e necessário à vida de todos os indivíduos, inclusive dos indivíduos sãos. “Desse modo, as instituições médicas se transformam em instrumentos de controle social, apropriando-se da tarefa de administrar a saúde e á vida dos indivíduos” (p. 194).

Os hospitais são vistos como instituições capazes de fazer desaparecer a dor e a morte. Se a dor desaparece logo o sofrimento que ela trás também, daí a importância das ciências médicas na sociedade contemporânea, estamos cada vez mais incapacitados de sentir a dor, o

sofrimento, a morte e o seu significado. Além disso, o culto a morte natural afasta a ideia de que o homem porte a morte em si, diminuindo-a a um simples acidente, que seria evitado caso o paciente tivesse o tratamento adequado. O hospital passa a ser o local onde “eliminamos” a morte, demonstrando as transformações sociais nos costumes com o tratamento do morto, da família pela Igreja, da Igreja para as instituições médicas.

Em uma sociedade dominada pela analgesia, fugir à dor é o caminho racional, preferível a todos os outros. A dor, como a morte, é o grande inimigo e contra ele de nada valem consciência, liberdade, fantasia, coragem. À medida que são absorvidas pelas instituições médicas, as capacidades de enfrentar a dor, de inseri-la no ser e de vivê-la são retiradas do indivíduo (RODRIGUES, 2006, p. 195).

O Iluminismo, a Revolução Francesa, a Era Moderna nos trouxeram o imaginário necessário para nos tornar o que somos hoje. Acreditamos em nossa capacidade técnica de criação e construção de tecnologias para importantes maquinários, obras faraônicas e uma racionalidade divinizante. O progresso é para nós o baluarte do pensamento moderno. E todos esses fatores levam-nos a acreditar que podemos controlar a vida e até mesmo construí-la em laboratórios ou extingui-la.

Cemitério Bom Jesus e o empreendimento secular em Araguari

É somente a partir dos contextos trabalhados pelos autores apresentados até aqui, que podemos compreender as tramas ocorridas em Araguari sob as quais analiso a seguir. Conforme vimos a partir de João José Reis e Jean Luiz Neves de Abreu, as preocupações médicas devido à proliferação de doenças e epidemias impulsionaram os estudos sobre a contaminação dos ambientes pelos miasmas oriundos da decomposição dos mortos, distanciaram a presença dele dos altares e espaços internos da Igreja o que causou muitas desavenças entre os poderes eclesiásticos e o legislativo. Como já foi explicado no primeiro capítulo, em Araguari o cemitério do começo do século XX é localizado atrás da Igreja Matriz, e as discussões entre legislativo e executivo pela posse territorial se arrastaram por mais de seis décadas. A preocupação com a organização urbana também esteve presente nos debates do legislativo, nota-se um anseio por uma estrutura urbana planejada e adequada a modernidade. De acordo com o documento:

Pelo vereador N. Elias foi pedida a palavra e lhe sendo concedida apresentou as seguintes indicação: uma sobre as medidas a tomar-se para regulamento do cemitério público entregue hoje; outra que já estando convertida em lei o novo código de postura desde de sete de janeiro do corrente ano, e não tendo sido até hoje o mesmo promulgado requeria que a Câmara tomasse medidas a respeito¹⁸.

¹⁸ Em 14 de junho de 1899, em sessão Ordinária na Câmara Municipal de Araguari. Ata de 1898 a 1900. p. 44. Museu Jofre Alves Martins “Patesco”.

Em Araguari, o vereador Nicolau Elias apresentou diversos projetos que demonstravam sua preocupação com o espaço urbano, tendo por objeção os colegas edis e a demora do executivo em providenciar as verbas para as obras e as respostas solicitadas. Na discussão sobre os projetos apresentados um de seus colegas afirmou ter dúvida sobre de quem era a posse do cemitério e que por isso, iria abster-se da votação. Como por exemplo, o requerimento para que fosse levantada uma carta cadastral da cidade de Araguari, isso em 1899.

Posta em discussão e votação às indicações pediu a palavra o vereador N. Elias e disse que achava justo o pedido na indicação do vereador Lanuto e que votava por ela. Justificou as suas indicações dizendo que só o (ilegível) o sentimento de patriotismo e bem do município. Pelo vereador A. foi dito que estava em duvida sobre a concessão da verba para concerto do regulador público (sic) por não estava liquidado se pertencia a Câmara ou a Igreja e que seus colegas resolvessem como é de direito. O vereador Carneiro disse que concordava que fosse dado o auxílio de trezentos mil reis. O vereador N. Elias disse que é justamente, digo, justo a concessão por ser manifesta a utilidade pública do regulador, e que assim procedendo a Câmara mais uma vez prestava aos seus munícipes um relevante serviço. [...] Posto em votação o parecer da Comissão sobre o ofício do Juiz de direito e substituto pedindo a verba de seiscentos mil reis para concerto do regulador público (sic) foi o mesmo aprovado contra o voto do vereador Finamora¹⁹.

A preocupação com a organização urbana em Araguari é datada de final do século XIX, tendo em vista que o primeiro traçado urbano foi elaborado pelo engenheiro Achilis Widulick em 1895. Nas décadas seguintes, vários requerimentos foram apresentados para criação de locais como mercado público (Ata da sessão Ordinária do dia 05 de abril de 1900), praças, criação de escola (Ata Livro nº 1 de 17/10/1924 a 16/04/1925), conservação das ruas, e até mesmo autorizando a criação de uma igreja evangélica (Ata de requerimentos e petições de 1894 a 1923).

Em sessão Ordinária de 15 de janeiro de 1900 o vereador Nicolau Elias requereu que lhe fosse enviado informações pelo executivo sobre seu pedido de construção de um novo cemitério na cidade de Araguari. O pedido do vereador foi adiado para a próxima sessão. Em 23 de fevereiro de 1900 as proposições nº 1, 2, 3 que pedia informações do executivo pelo vereador N. Elias, foram aprovadas.

[...] Uma outra indicação que por intermédio dessa corporação preste o agente executivo as seguintes informações: 1º Quais as quantias que deixou de executar deversas resoluções mencionadas nas indicações em projeto revogado os artigos 22, 23, 24, 25 da lei e nº 67 de Dezembro de 1899, em outro autorizando o agente executivo a despender a quantia necessária e que for orçada, a construir nessa cidade um cemitério que foram a tirar cópias para serem apresentadas na sessão seguinte sob nºs 1, 2, 3²⁰.

¹⁹ Em 14 de junho de 1899, em sessão Ordinária na Câmara Municipal de Araguari. Ata de 1898 a 1900. p. 45-46. Museu Jofre Alves Martins “Patesco”.

²⁰ Ata da Câmara Municipal de Araguari 1898 a 1900. p. 73. Museu Jofre Alves Martins “Patesco”.

Foi dado vinte minutos de praso para apresentação de projectos e indicações. Obteve a palavra o vereador N. Elias e apresentou duas indicações: uma criando provisoriamente o mercado público nas commadas terras da casa municipal e mais dois prédios unido a esta, que também servirão para o mesmo fim, e outra indicação sobre a planta e local do novo cemitério²¹

A votação dessas indicações foi adiada, depois de quatro meses em 21 de agosto de 1900, em sessão ordinária o projeto nº 11 que se referia ao mercado provisório e ao cemitério municipal foi aprovado²².

Na década de 1920 o cemitério em Araguari já havia sido transferido para um local distante do centro urbano e da igreja. No entanto, os problemas com a posse territorial não haviam sido solucionados, como explicado no primeiro capítulo deste trabalho. Em 18 de abril de 1925 em sessão ordinária realizada na Câmara Municipal de Araguari o vereador Abílio Ferreira demonstra claramente sua impaciência diante do assunto.

Este projecto foi distribuído as commissões de leis e Fazenda. Projecto nº 15 de dezoito de Abril de 1925. A Câmara Municipal de Araguay decreta, art. 1 Fica o agente executivo auctorizado a entrar em acordo com a Fabrica da Igreja ou auctoridade ecclesiasticas competente para obter da mesma a cessão em beneficio da Câmara, de qualquer direito que, por ventura, possa ter a Igreja sobre o patrimônio dessa cidade, de modo que fique terminada de uma vez essa pendência entre a municipalidade e a Igreja. Art. 2 Fica igualmente auctorizado ao agente executivo para realização do acordo, a fazer a Igreja a indenisação que convencionar e que julgar de justiça lançando mão para esse fim de qualquer verba não esgotada²³.

O legislativo municipal apesar de sempre reclamar sobre as ações direcionadas ao cemitério, teve sempre o papel de administrá-lo. Encontra-se na ata de Registros de títulos de empregos municipais de 1923 a 1931 a designação de um funcionário em 1930 para o cargo de zelador do cemitério público pago pelo município. Além disso, a transferência do cemitério foi realizada pelo executivo, assim como suas reformas e manutenções subsequentes.

Sala das sessões em dezessete de Abril de 1925. Hortêncio Machado, B. Godoy, Abílio Ferreira, Antenor Dias Vieira”. Projecto nº 11 de 17 de Abril de 1925. A Câmara Municipal de Araguay decreta: art. 1º É o sr. Agente do executivo auctorizado a mandar concluir ofecho do cemitério municipal, cujas dimensões deverão ser aumentadas 3 metros mais ou menos para cada lado e aumentado também pelo fundo a quantia de metros correspondente ao necessário²⁴.

Como trabalhado por Claudia Rodrigues e João José Reis, as indicações médicas propunham um cemitério “Ordenado” e “Moralizante”, exigências como altitude, composição do solo e vegetação eram fundamentais para a ordem do cemitério. O novo cemitério de Araguari era do lado oposto da cidade em terreno alto e cercado por várias árvores.

²¹ Ata da Câmara Municipal de Araguari 1898 a 1900. Em sessão Ordinária do dia 05 de Abril de 1900.p. 95. Museu Jofre Alves Martins “Patesco”

²² Ibidem, p. 97. Museu Jofre Alves Martins “Patesco”.

²³ Ata da Câmara Municipal de Araguari de 1925. p. 87. Museu Jofre Alves Martins “Patesco”.

²⁴ Ibidem, p. 87.

A título de curiosidade, a transferência do cemitério ocorreu devido à crescente demanda, o que fez necessário um estudo para a criação de um novo espaço para os sepultamentos. O novo local deveria atender a duas necessidades: estar afastado do perímetro urbano e fosse territorialmente grande para atender a perspectiva dos anos vindouros. Foi escolhido um terreno que ficava na parte oposta ao centro da cidade, em um campo plano com grande número de eucaliptos à sua volta. O endereço foi posteriormente denominado Rua Florestina, 704 (PEIXOTO & VIEIRA, 2013, p.58).

A fonte acima citada corrobora com a pesquisa no sentido de reforçar o que foi encontrado nas documentações da Câmara Municipal e da Igreja, no sentido de que relata a necessidade de ampliação do cemitério devido a crescente demanda e das preocupações quanto à questão urbana de distanciamento do perímetro urbano.

A convicção em Deus e a liminaridade entre razão moderna e a metafísica da fé

Essa política de higienização acabou por afastar os mortos e distanciar os vivos do contato com eles – mas, mais do que isso a secularização passou a ser um fenômeno estudado por muitos historiadores, tendo em vista que na nossa sociedade contemporânea o distanciamento de alguns rituais e práticas religiosas tem sido cada vez mais constante. Este trabalho leva a um entendimento que isso é um reflexo da racionalização do homem e da progressiva mudança de hábitos. Pensar o fenômeno da secularidade é um grande desafio, pois ela não consiste em algo bem delimitado. Se por um lado temos o distanciamento de antigas práticas cristãs relacionadas aos ritos fúnebres, como por exemplo, o tempo de guardar o luto, por outro, novas práticas vão surgindo e reorganizam os rituais sobre a morte e o morrer.

Charles Taylor (2010) em “Uma Era Secular” se propõe a analisar a secularização a partir do ocidente cristão, que ele afirma ter como uma das características fundamentais a separação entre o Estado e a Igreja. Taylor explica que hoje a política está separada das questões religiosas e que isso seria impossível para o tipo de sociedade que mantínhamos há algum tempo atrás, onde o religioso estava em toda atividade pública. Outro ponto importante para compreender a secularização é analisar o afastamento das pessoas das práticas religiosas, dos cultos e logo de Deus. A fé nessa “era secular” passa então a ser uma escolha, uma opção e não mais uma obrigação. A fé em Deus não é algo inquestionável.

“A fé em Deus não é mais axiomática. Existem alternativas. E é provável que isso signifique também que, pelo menos em um determinado meio social pode ser difícil conservar a própria fé (TAYLOR, 2010, p. 16).

Nesse sentido ao comparamos sobre a questão dos enterramentos dentro das igrejas, como poderia ser possível continuar com essa prática religiosa por muito tempo sendo que o

Estado empreendia uma severa luta ideológica para romper com esse rito fúnebre? No mais, os próprios fiéis sentiam que deveriam se adaptar as normas de higienização médica pregadas pela elite intelectualizada.

O que nos leva a crer em Deus na contemporaneidade seria o mesmo que nos leva a descreer, ou seja, o lugar de plenitude, que para os crentes está ligado a Deus e a recompensa após a morte. Para os descrentes importa estar ligado às potencialidades do homem, ao que podemos fazer com a racionalidade e a vida terrena. Esse paradoxo investe na contemporaneidade uma “magia” do homem futuro, aquele que já galgou a espiritualidade cristã para uma racionalidade moderna.

Mas passamos também de uma condição na qual a fé representava a opção-padrão, não só para o ingênuo, mas também para aqueles que conheciam, levavam em conta e conversavam sobre ateísmo, para uma condição na qual, para mais pessoas, as interpretações descrentes parecem à primeira vista as únicas plausíveis (TAYLOR, 2010, p. 26).

Para Taylor, a religião dessa forma significa o “transcendente”, uma relação estrita com o “Além”, uma recompensa no céu maior do que qualquer coisa o homem possa alcançar com sua racionalidade e, com a chegada do Iluminismo, junto com ele o humanismo, tornou esse “transcendente” em algo indevido e ultrapassado.

Mas se de fato a secularidade é algo evidente e incontestável na contemporaneidade, como analisar as inúmeras manif/estações de fé vistas nos espaços públicos? Como explicar que até metade do século passado, no Brasil, ainda havia atestados de óbitos que declaravam se o defunto recebeu ou não os últimos sacramentos? Como explicar o medo da morte e por isso as confissões, que ainda ocorrem na Igreja Católica e as inúmeras ideologias pentecostais que visam convencer os fiéis a levar uma vida em “santidade” em pleno século XXI?

Interessa aqui refletir sobre a estrutura social em que a religiosidade cristã se impôs e como o desenvolvimento das ciências modificou o lugar da fé para os indivíduos na modernidade. Interessa também compreender a história das religiões buscando um compromisso com a análise historiográfica.

Em seu ensaio, “História & Religião”, Sérgio da Mata (2010) se dedica a tratar os métodos, as perspectivas e os problemas da historiografia e do historiador da religião, traz também aspectos sobre a secularização e identifica que a historiografia já percebia a secularização nos séculos XVI e XVII na religiosidade medieval.

Roskoff demonstrou o declínio da crença no Diabo, e Bloch a crise do milagre régio. Os estudos de Mandrou atestaram a perda de estatuto jurídico do crime de feitiçaria. Com o advento do Iluminismo, da Revolução Francesa e a transformação da disputa entre poder civil e religioso num fenômeno internacional, a intelectualidade da “secularização”, isto é, de um recuo progressivo do religioso. Bem sabemos que o campo religioso se estruturou de forma distinta na América inglesa e na Ibero-

América, no entanto a previsão persistiu. Também ali, acreditava-se, a “morte de Deus” seria apenas uma questão de tempo (MATA, 2010, p. 77-78).

Mata analisa ainda os mitos políticos em contraposição aos mitos religiosos, segundo o autor o mito político é um motor simbólico para a revolução, assim como o mito religioso foi um motor para a hegemonia do cristianismo no ocidente. Não podemos, portanto, ao analisar a secularização, deixar de perceber o grande investimento cristão da “pedagogia do medo”, da criação do Purgatório, dos manuais da boa morte como armas políticas que funcionaram como controle e manipulação dos fieis e que com a reconfiguração política do período imperial deram espaço a outras armas, no caso as políticas higienistas que visavam o mesmo objetivo, o controle da população, suas mentes, corpos, desejos e intenções, mas agora de outra esfera e com outros dispositivos, colocar os discursos e as práticas da ciência médica como hegemônica na conduta humana.

O autor é ainda mais categórico em sua negação quanto à secularização, quando afirma que o “sagrado não retornou pelo simples motivo de que ele nunca ‘se foi’ ”(p. 89). Mais do que isso, ele diz que a religião é indissociável do homem e que em todas as sociedades há religião. Para compreender essa explicação devemos considerar religião o “culto”, a admiração a algo, como podem ser hoje os artistas, algum intelectual, os ícones dos esportes... Mas o importante de nosso foco é aliar a religião à política, pensando os dois como forma de poder. É a partir disso que, acreditamos, o cemitério passa a ser uma ferramenta de controle e disputa entre Igreja e Estado.

Nesse sentido, o estudo das transformações urbanas de Araguari pela transferência cemiterial demonstrou as preocupações higienistas de salubridade e organização social, mas evidenciou também continuidades e recorrências religiosas no interior da cidade. A disputa territorial que durou até o ano de 1969, ano em que houve a definitiva escritura e delimitação das terras da Igreja²⁵, fez com que tanto os vereadores, como a população entrassem na Justiça para requerer as respectivas posses.

A influência religiosa da Igreja em assuntos institucionais é nítida, o poder Estatal representado pela Câmara Municipal também, assim como a emergência de políticas públicas para o povo e o fato de que o desenvolvimento econômico impulsionava as preocupações com urbanidade para uma reconfiguração do urbano. Novas ruas, praças, igrejas, escolas, prédios públicos foram desenvolvidas no recorte temporal trabalhado aqui. A posse do terreno cemiterial significava ainda, na longa duração, a hegemonia cristã nos ritos e práticas fúnebres.

²⁵ Documento Escritura de Reconhecimento de Posse. Cartório do 3º Ofício. Em 22 de Julho de 1969.

CONCLUSÕES

Podemos concluir com essa investigação que vários aspectos desenharam nossas experiências com os estudos sobre a morte e sobre o morrer na contemporaneidade. A proposta de análise quanto à disputa territorial da cidade de Araguari perpassou as expectativas iniciais quanto à compreensão da morte e dos embates ideológicos, no sentido de que ao investigar o desenvolvimento das ciências médicas percebi que houve um empreendimento no imaginário social quanto às nossas capacidades de sentir a dor, sendo elas físicas, ou mesmo do luto, e constatei que o que temos quanto à morte é uma “fragilidade forjada” por mecanismos de fuga do que realmente sentimos diante da experiência de se deparar com a finitude.

Seríamos capazes de compreender a morte sem pensá-la como algo definitivo ou terrível, se não houvesse esses mecanismos criados pela Igreja e pela sociedade capitalista para estimular a aversão, o medo, a repulsa que visam afastar de nós aqueles que foram presentes em nosso cotidiano e com o rompimento desse elo (a vida) passamos a vê-los como uma ameaça?

Diante do que pesquisamos até aqui, acredito que se pudéssemos manter certa proximidade com os idosos, doentes ou mortos, estaríamos capacitados para uma melhor aceitação da morte. Mas o que nossas investigações comprovam é que estamos cada vez mais propensos a afastar o fato fúnebre de forma asséptica dos indivíduos e dos centros urbanos. Morrer na contemporaneidade é algo que acontece na solidão dos hospitais e com a companhia das “máquinas de ressuscitar”, os rostos que nos acompanham nessa hora não são, muitas vezes, os de entes ou amigos queridos, mas sim rostos “anônimos” de profissionais da saúde.

Essas primeiras conclusões se embasam nas seguintes questões trabalhadas nessa monografia: em primeiro lugar, o interesse da Igreja Católica em dominar o culto dos mortos era explicitamente controlar os indivíduos através do medo, para que dessa forma essa instituição religiosa conseguisse se estabelecer enquanto essencial para todos os indivíduos, afinal todos temos contato com a morte em algum momento. Impressiona-nos essa política cristã de controle dos ritos fúnebres, tendo em vista que os mesmos que “inventaram” o medo dos mortos são os que podem “curar” ou aliviar essa angústia.

Em segundo lugar, a compreensão do corpo através das ciências médicas propiciou uma vigilância e temor quanto aos males dos miasmas e doenças que os cadáveres podem transmitir, mais do que isso essa percepção moderna sobre o corpo, mudou nosso comportamento quanto aos idosos, aos moribundos e morte. Temendo morrer, excluímos os

doentes que amamos do nosso convívio e aniquilamos de nós o medo e a responsabilidade sobre a morte do outro e “inconscientemente” da nossa própria morte.

Percebemos que temos uma dificuldade, no sentido moral e social de lidar com a morte. As reflexões que Bresciani pontua sobre as cidades e a questão técnica nos ajuda a investigar a dinâmica social que separa os indivíduos na contemporaneidade e inseri-los em uma sociedade individualista onde o “eu” é o centro das relações, logo o morrer é um problema individual. Em concordância com o que a autora pontua sobre nossas sociabilidades, a vida urbana e a formação das identidades contemporâneas, percebemos claramente as influências diretas e definidoras pelo capitalismo vigente. A forma com que os espaços urbanos são pensados na contemporaneidade demonstra a preocupação de levar para longe dos centros urbanos os cemitérios, tendo no discurso médico o amparo necessário e um meio eficaz de reconfiguração do espaço urbano, voltado para uma salubridade e política de higienização, além de distanciamento do imaginário da morte das urbes e a secularização do morrer.

Enquanto pudermos adiar a morte, adiaremos. Enquanto for possível viver sem o seu convívio, viveremos e isso não é culpa de indivíduos isolados, existe uma ideologia de poder atrás do controle sobre a morte, na qual a Medicina se apoderou ao esvaziá-la seu caráter “mágico”. Por isso, os médicos são vistos como “deuses”, pois eles podem “perpetuar” a vida, “controlar” o tempo, imagina-se que podem têm em suas mãos a decisão de quando se morre, de quem terá acesso beneficiado às tecnologias da conservação da vida, de como tratar as diferentes classes sociais diante das enfermidades, tudo isso investe os médicos de um poder sobre as formas de viver e morrer na contemporaneidade. José Carlos Rodrigues explica-nos a relação entre morte e poder.

Assim, entende-se o porquê de a nossa sociedade ter criado a Morte, essa linha socialmente postulada de separação entre vivos e mortos, essa irreversível passagem que abole a morte, que a institui em pavor primordial retirando-lhe as características de (outra) vida que nela sempre viram todas as culturas e estabelecendo em seu lugar um grande silêncio, um vácuo insuportável, um abismo definitivo, um vazio incomensurável, um não-espaço, um não-tempo, uma eternidade invertida que só pode ser uma coisa: temida (RODRIGUES, 2006, p. 246).

A questão econômica separou alguns indivíduos menos capitalizados da Salvação no século XVIII e XIX, pelo fato de que não podiam pagar por seus sufrágios, deveriam contar com a benevolência das irmandades ou não teriam um lugar no céu e também nos lugares sacralizados de enterramento. Tendo em vista que a nova concepção sobre o corpo e condição social da modernidade fez com que os pobres fossem marginalizados dos espaços de sociabilidades, mas essenciais para o funcionamento do capitalismo industrial, o olhar sobre

eles se modificou, os cuidados com a higiene e com a salubridade da classe trabalhadora fez-se necessário para garantir a permanência (existência) de mão de obra produtiva, conforme as ponderações feitas por Bresciani e sobre as quais nos apoiamos.

Em terceiro, concluímos que o avanço e a afirmação da secularização, decorrentes das políticas de higienização, também se mostraram importantíssimas nesse imaginário de medo e “desprezo” pelas antigas práticas fúnebres. Ao se mobilizarem nestas práticas, familiares do falecido estabeleciam uma ligação íntima, afetuosa e religiosa com aquele “se foi”. Na era secular, ao contrário, os mortos, enquanto aqueles que são, invariavelmente, portadores de mal em si, foram afastados do convívio com os que continuam vivos e saudáveis.

As transformações sociais ocorridas no século XVIII constituíram a ideia de que a liberdade individual poderia produzir também a independência em relação ao Estado e à religião. No entanto, os investimentos religiosos através da “pedagogia do medo” ainda vigoravam de forma efetiva neste século. Acreditamos que a secularização se completa por meio de um processo um tanto melindroso, tendo em vista que na contemporaneidade ainda vemos muita preocupação, por parte de pessoas religiosas, com o destino da alma.

A metodologia utilizada na presente monografia foi necessária para que pudéssemos, depois de explicar o empreendimento cristão de controle dos rituais, apresentarmos o objeto analisado, no caso o cemitério de Araguari. Escolhi esse percurso para que o meu leitor soubesse o porquê do meu interesse em pesquisar a transferência cemiterial, pois sem essas reflexões sobre a “pedagogia do medo”, sobre os rituais que permeavam o imaginário da salvação, a transferência seria simplesmente uma disputa de interesses econômicos. É possível que não tivéssemos também a compreensão do porquê de o cemitério ainda se localizar atrás da Igreja e quais as implicações ideológicas que marcaram esse conflito entre as duas esferas políticas. Certamente, se o interesse da Igreja sobre o terreno cemiterial fosse meramente econômico ela teria aceitado as várias propostas do executivo de compra dos terrenos.

Salta aos olhos que o que aconteceu em Araguari, entre os anos de 1900 e 1930, é resultado de um processo que já acontecia em todo o país, a transferência dos mortos de dentro das igrejas para cemitérios extramuros representava essa higienização proposta pelas ciências médicas, da mesma forma a transferência e exigências do local onde se deve enterrar os mortos em Araguari demonstrava a preocupação no que tangia às políticas higienistas do século XIX.

A Igreja não conseguiu comprovar juridicamente que as terras eram de sua propriedade, conforme afirmavam os padres e os bispos designados a Araguari. Somente no

ano de 1969 é que foram regulamentadas as terras da Igreja Matriz do Bom Jesus da Cana Verde. Os atestados de óbitos foram expedidos pela instituição até o ano de 1976.

É importante observar a maneira pela qual a disputa territorial da cidade de Araguari aconteceu, tendo em vista que a cidade possuía uma configuração política “coronelistas”, onde vários dos vereadores possuíam o título de Major ou Coronel, assim pode-se deduzir que estes eram figuras de condição social elevada, principalmente porque muitos desses títulos eram comprados. Eram estes mesmos coronéis e majores os idealizadores das reformulações urbanas da cidade.

Também ficou evidenciado o poder oriundo da Igreja e sua influência na posse dos terrenos urbanos, assim como na emissão de atestados de óbitos, que perdurou por vários anos, mesmo após o fim do padroado, no que tange aos registros de batismo e casamento. A interferência religiosa em assuntos da esfera civil parece apontar que o fim das relações entre as instâncias temporal e religiosa não acontece simultaneamente ao que está estabelecido pela legislação, mas sim com a capacidade do sistema burocrático em suprir e estabelecer sua hegemonia, quanto à representação da Igreja como braço do governo e representante do poder do Estado.

Concluimos, ainda, que a transferência cemiterial em Araguari não era apenas um anseio e uma disputa por terras, era também uma disputa de poder, em que a Igreja perdendo suas terras, perderia sua autoridade e com ela a capacidade de imprimir nos indivíduos a necessidade de obediência, o perigo do castigo divino e a ameaça do inferno, perderia também o controle sobre o comportamento dos indivíduos, as indulgências para uma boa morte e a credibilidade inabalável da fé cristã.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Jean Luiz Neves. **Nos domínios do corpo: o saber médico luso-brasileiro no século XVIII**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011.

ARIÈS, Philippe. **O homem diante da morte**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, v. 1, 1989.

BRESCIANI, Maria Stella. Permanência e Ruptura no Estudo das Cidades. In: FERNANDES, Ana & GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras (Org.) **Cidade & História – modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX**. Salvador: UFBA, 1990.

DELUMEAU, Jean. **História do medo no Ocidente, 1300-1850**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013. Disponível em: <https://priberam.pt/dlpo/Mef%C3%ADtica> [consultado em 01 nov. 2015].

ELIAS, Norbert. **A solidão dos Moribundos, seguido de, Envelhecer e Morrer**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

LE GOFF, Jacques. **O nascimento do Purgatório**. Lisboa: Editorial Estampa, 1981.

MATA, Sérgio da. **História & Religião**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

PEIXOTO, Juscélia Abadia & VIEIRA, Aparecida da Glória Campos. **Araguari e sua história**. Goiânia: Kelps, 2013.

PECHMAN, Robert Moses. Utopias e desejos: dores e prazeres na cidade. In: FLORES, Maria Bernadete Ramos & PETERLE, Patrícia (org.). **História e arte: utopia, utopias**. Campinas: Mercado de Letras, 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUARI. Museu Jofre Alves Martins “Patesco”. 1898-1900. Atas da Câmara Municipal de Araguari.

_____. Museu Jofre Alves Martins “Patesco”. Atas da Paróquia da Igreja Bom Jesus da Cana Verde. Araguari- Minas Gerais.

_____. Museu Jofre Alves Martins “Patesco”. 1895. Livro de Tombo da Igreja Bom Jesus da Cana Verde. Araguari- Minas Gerais.

REIS, João José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

RODRIGUES, Cláudia. A arte de bem morrer no Rio de Janeiro setecentista. In: **Varia História**. Belo Horizonte, v. 24, n.39, p. 255-272, jan.-jun., 2008.

_____. **Lugares dos mortos na cidade dos vivos: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1997.

_____. **Nas fronteiras do Além:** a secularização da morte no Rio de Janeiro (Séculos XVIII e XIX). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

RODRIGUES, José Carlos. **Tabu da Morte**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006.

SIMMEL, George. A Metrópole e a Vida Mental. In: VELHO, Otávio Guilherme (org.). **O Fenômeno Urbano**. 3ª Edição da Zahar Editores. Biblioteca de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Brasil, 1976.

TAYLOR, Charles. **Uma era secular**. São Leopoldo: Unisinos, 2010.

WEBER, Max. Conceitos e Categoria das Cidades. Tradução Antônio Carlos Pinto Peixoto. In: VELHO, Otávio Guilherme (org.). **O Fenômeno Urbano**. 3ª Edição da Zahar Editores, Biblioteca de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Brasil, 1976.